

EDITAL

(☒) Contratação delegada

PREÂMBULO

1. Regência legal:

Esta licitação obedecerá as disposições da Lei Estadual nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, das normas gerais da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto 22.888, de 26 de junho de 2024, Decreto 22.885, de 20 de junho de 2024, que regulamenta o art. 21 da Lei nº 14.634/23 e o Decreto 22.886, de 20 de junho de 2024, que regulamenta o art. 68 da Lei 14.634/23, e respectivas alterações, além dos da legislação específica aplicável.

2. Requisito de participação:

- (☒) Ampla Participação
(☐) Aquisição – Sem reserva de cota.

3. Processo administrativo:

01.0496.2026.000011923-3

4. Órgão/entidade e setor:

DPE/CSA

5. Modalidade/número de ordem:

(☒) Pregão Eletrônico nº 13/2026

5.1 Modo de disputa

(☒) Aberto

5.2 Intervalo mínimo de diferença entre lances (degrau de valor)

(X) Sim (conforme orçamento estimado em planilhas- termo de referência)

O Intervalo mínimo entre lances para a disputa em sessão pública do pregão eletrônico será de 0,01 (um centavo).

6. Tipo de Licitação/Critério de julgamento:

(☐) Menor preço Por LOTE

(☐) O critério de julgamento adotado será o de Menor Preço Por Lote.

6.1 Regime de execução/fornecimento:

(☐) Aquisição com fornecimento

(☒) Único.

7. Objeto da licitação:

Aquisição/contratação de empresa especializada no fornecimento, montagem e instalação de mobiliário para o atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA), com entrega imediata/única, conforme características, especificações, quantidades, condições e exigências do Termo de Referência.

8. Dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.50.101 - Diretoria Geral

UNIDADE GESTORA: 0006- Diretoria Administrativa

ATIVIDADE/PROJETO: 03.122.504.2000 - Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos

NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39

FONTES:

1.500.0.100 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro

2.501.0.300 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro

1.501.0.113 - Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta

2.501.0.313 - Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta

REGIÃO: 9900 – Estado

9. Prazos:

(☒) Contratação Delegada

9.1 O prazo para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente será de 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura da publicação ou convocação, observado o artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10. Local, dia e hora para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação:

Site: www.compras.gov.br

Recebimento das propostas: das 09:00 horas do dia 12/06/2026 às 09:55 horas do dia 01/07/2026.

Início da sessão pública: às 10:00 horas do dia 01/07/2026.

11. Exame prévio da minuta e aprovação da assessoria jurídica:

(☐) Declaro que a fase interna deste procedimento foi examinada pelo órgão legal de assessoramento jurídico, conforme o Parecer nº 328/2026.

12. Índice:

PARTE I – TERMO DE REFERÊNCIA

(☒) SEÇÃO I. RESUMO DO TERMO DE REFERÊNCIA

PARTE II – PROPOSTAS DE PREÇOS

(☒) SEÇÃO I. Especificações para elaboração da proposta de preços

(☒) SEÇÃO II. Orçamento estimado em planilha

(☒) SEÇÃO III. Modelo de Descrição da Proposta

PARTE III – HABILITAÇÃO

(☒) SEÇÃO I. Documentos de Habilitação

(☒) **Habilitação jurídica**

(☒) **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

(☒) **Habilitação Econômico-Financeira**

(☒) **Habilitação Técnica**

PARTE IV – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

(☒) SEÇÃO I. Amostras/demonstração de compatibilidade/Prova Técnica

(☒) Sim

(☒) SEÇÃO II. Participação de empresas reunidas em consórcio

(☒) Não

(☒) SEÇÃO III. Participação de cooperativas

(☒) Sim

(☒) SEÇÃO IV. Avaliação das propostas técnicas

(☒) Não se aplica

- (☒) SEÇÃO V. Reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte
(☒) Não
- (☒) SEÇÃO VI. Observações e Regras de Participação e do Certificado de Registro Cadastral
- (☒) SEÇÃO VII. Lei Geral de Proteção de Dados- LGPD

PARTE V – MODELOS DE DECLARAÇÕES

- (☒) **SEÇÃO I.** Modelo de declaração de elaboração independente de proposta e de inexistência de impedimento à participação no certame
- (☒) **SEÇÃO II.** Modelo de procuração
- (☒) **SEÇÃO III. Subseção I.** Modelo de declaração de enquadramento (Lei Complementar nº 123/06) **[NOTA: exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]**
- (☒) **SEÇÃO III. Subseção II.** Modelo de declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contrato
- (☒) **SEÇÃO IV.** Modelo de declaração de pleno conhecimento e de veracidade dos documentos
- (☒) **SEÇÃO V.** Modelos de Prova de Habilitação Técnica
(X) **SUBSEÇÃO V.1-** Comprovação de Aptidão para o Desempenho
- (☒) **SEÇÃO VI.** Modelo de Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor
- (☒) **SEÇÃO VII.** Modelo de declaração quanto à regularidade fiscal e trabalhista (Lei Complementar nº 123/06) **[NOTA: exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]**
- (☒) **SEÇÃO VIII.** Modelo de Declaração de Ciência e Concordância com o Edital e Adequação da Proposta
- (☒) **SEÇÃO IX.** Modelo de declaração de disponibilidade

PARTE VI – PARTE FIXA – RITO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONTRATAÇÃO

- (☒) Dos Princípios ao Foro

PARTE VII – TERMO DE REFERÊNCIA

- (☒) ANEXO I - Termo de Referência na Íntegra

PARTE VIII – MINUTA DO CONTRATO

- (☒) Minuta do Contrato.

13. Informações e esclarecimentos adicionais

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser obtidos no portal www.defensoria.ba.def.br ou solicitados ao responsável pela expedição do instrumento convocatório.

13.1. Disponibilização do Edital, Impugnação e Pedidos de esclarecimentos:

13.1 O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.defensoria.ba.def.br e www.compras.gov.br.

13.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por petição junto ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ou por mensagem no correio eletrônico (e-mail) copel@defensoria.ba.def.br.

13.3 As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser obtidos ou solicitados ao responsável pela expedição do instrumento convocatório:

Endereço: Avenida Ulisses Guimarães, nº 3.386, Edf. MultiCab Empresarial CEP - 41.745-007, Sussuarana, Salvador/Bahia.

Telefone/Fax: (71) 3117-9075 ou (71) 3117-9074

E-mail: copel@defensoria.ba.def.br

Horário: Segunda a quinta-feira (8:00h às 17:00h) e sexta-feira (8:00h às 14:00h).

14. Sem prejuízo das demais informações constantes do instrumento convocatório, o(s) interessado(s) deverão observar o seguinte:

14.1. As licitantes também deverão remeter no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a convocação via sistema eletrônico, os seguintes documentos e modelos: a) proposta escrita de preços- Modelo de descrição da proposta de preços, as declarações, procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular, este último acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes, as demais, e as demais exigidas no certame.

14.2. Os documentos exigidos para habilitação, conforme o disposto no edital deverão ser enviados no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a convocação, exclusivamente via sistema eletrônico, observando-se o que se segue:

14.2.1 As licitantes cadastradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado da Bahia poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no referido Cadastro, observado o disposto neste edital, para a confirmação das suas condições habilitatórias.

14.2.2 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Registro Cadastral, ou que dele constem como vencidos, deverão ser enviados nesta fase, cabendo ao licitante certificar-se da regularidade de sua documentação.

14.2.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha até o horário estipulado na convocação.

14.2.4. Apresentar as declarações necessárias ao objeto da licitação, conforme modelos em anexos.

14.2.5. Após o término da sessão pública, o licitante deverá encaminhar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da convocação, a proposta de preços em papel timbrado e assinada com o valor final apresentado pelo arrematante.

14.2.6. Em caso de instabilidade no sistema ou qualquer problema operacional, observar o item 8.14 da Parte Fixa do Edital.

15. Responsável pela expedição do convocatório e meio de contato:

Servidor responsável e portaria de designação: Jadilson P. Silva (Portaria 1278/2025)

Local e data da expedição: Salvador (BA), 10 de junho 2026.

Jadilson P. Silva
Comissão de Contratação/Defensoria Pública do Estado da Bahia

PARTE I – TERMO DE REFERÊNCIA

SEÇÃO I

Resumo do Termo de Referência

O Termo de Referência é documento necessário à contratação de bens e serviços, abordando objeto, quantitativos, prazo do contrato, justificativa da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão (fiscalização), critérios de medição da execução, critérios de pagamento ao fornecedor, forma de seleção do fornecedor, estimativa do valor da contratação, adequação orçamentária, especificações do produto, indicação dos locais de entrega, especificação da garantia técnica e assistência técnica, dentre outros.

O Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os ditames da Lei Federal 14.133, atendendo, em especial, aos requisitos presentes no art. 6º, inciso XXIII e alíneas e no art. 40, parágrafo 1º e incisos. Ele constitui parte integrante do Instrumento Convocatório, independentemente de citação, devendo ser observado durante todo o processo de licitação e de contratação.

O Termo de Referência que deu origem a este processo **tem como objeto:** Aquisição/contratação de empresa especializada no fornecimento, montagem e instalação de mobiliário para o atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA), com entrega imediata/única, conforme características, especificações, quantidades, condições e exigências do Termo de Referência. **O inteiro teor do Termo de Referência** consta da Parte VIII, Anexo I, deste instrumento convocatório.

PARTE II - PROPOSTAS DE PREÇOS

SEÇÃO I

ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. A proposta de preços terá validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data fixada neste instrumento para início da sessão pública, ainda que a licitante estipule prazo menor ou que não a consigne.

1.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado às licitantes ampliá-lo.

2. O prazo de entrega ou de execução do objeto será o fixado no Termo de Referência, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo maior ou que não o estipule.

2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido no Termo de Referência, ficando facultado às licitantes reduzi-lo.

3. O prazo de garantia técnica será o fixado no Termo de Referência, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo menor ou que não o estipule.

3.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de garantia técnica inferior ao estabelecido no Termo de Referência, ficando facultado às licitantes ampliá-lo.

4. O proponente deverá elaborar a sua proposta escrita de preços de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência, em consonância com o modelo proposto neste convocatório, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em 2 (duas) casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

5. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

5.1 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos e indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos ou pedido de revisões, em nenhuma hipótese.

6. Precedentemente à elaboração da proposta, a licitante deverá observar as cláusulas e disposições deste edital, de seus apensos e anexos, especialmente as constantes do instrumento de contrato e as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar desconhecimento supervenientemente.

7. As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 deverão obter esta qualificação junto ao sistema www.compras.gov.br, comprometendo-se a remeter ao órgão licitante, por ocasião da habilitação, a Declaração de Enquadramento, sob pena de não obter a concessão do tratamento diferenciado.

SEÇÃO II
ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS

[pregão eletrônico sem orçamento sigiloso]

(X) Para efeito do inciso IV do art. 18 da Lei Federal 14.133/2021 e da Lei Estadual no 14.634/2021, com base nos quantitativos e preços unitários o valor total é de R\$ 202.693,33 (duzentos e dois mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QU AN T.	IMAGEM ILUSTRATIVA	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
1	Mesa lateral com estrutura em metal com acabamento em pintura resistente e tampo em mármore natural polido, com bordas acabadas. Estrutura estável e adequada para uso em ambientes internos. Dimensões de 35 cm de diâmetro e 56 cm de altura, garantindo resistência e durabilidade para utilização como mesa de apoio. (Defensoria)	1	Conforme Termo de Referência	R\$ 2.466,67	R\$ 2.466,67
2	Mesa lateral com estrutura em metal com acabamento em pintura resistente e tampo em mármore natural polido, com bordas acabadas. Estrutura estável e adequada para uso em ambientes internos. Dimensões de 40 cm de diâmetro e 45 cm de altura, garantindo resistência e durabilidade para utilização como mesa de apoio. (Defensoria)	1	Conforme Termo de Referência	R\$ 2.633,33	2.633,33
3	Mesa de apoio com estrutura em aço carbono e acabamento em pintura eletrostática na cor pérola ou champagne. Tampo e base em MDF revestidos em lâmina natural de freijó. Compartimento inferior para organização e discos laterais decorativos em madeira, fixos e sem rotação. Dimensões de 0,80 m (C) × 0,40 m (L) × 0,78 m (A), com capacidade mínima de carga de 50 kg. (Defensoria x Sbdefensoria)	2	Conforme Termo de Referência	R\$ 3.416,67	R\$ 6.833,33

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUA NT.	MARCA / MODELO	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
4	Mesa de centro com estrutura resistente em MDF e acabamento em laca premium cor PRETO FOSCO, base quadrada de 0,60 x 0,80 cm, e altura de 0,275 cm, com pés estilo flutuante. (imagem ilustrativa). (Subdefensoria)	1	Conforme Termo de Referência	R\$ 2.600,00	R\$ 2.600,00
5	Mesa lateral redonda tampo e base de madeira, cor MADEIRA. Dimensões: 40cm de diâmetro, 65cm de altura. (Subdefensoria x Coord. Criminal x DG x Regional)	4	Conforme Termo de Referência	R\$ 3.100,00	R\$ 12.400,00
6	Mesa de centro com pintura acetinada na cor CHAMPANHE E TAMPO EM ESPELHO BRONZE, dimensão: 0,70m de diâmetro. (Especializada)	1	Conforme Termo de Referência	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
7	Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor BEGE, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm. (Subdefensoria X Especializada)	2	Conforme Termo de Referência	R\$ 5.033,33	R\$ 10.066,67

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUA NT.	MARCA / MODELO	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
8	Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor CAMELO, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm. (Conselho Superior)	11	Conforme Termo de Referência	R\$ 4.566,67	R\$ 50.233,33
9	Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor VERDE FLORESTAL. Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura. (Defensoria x Subdefensoria)	5	Conforme Termo de Referência	R\$ 3.773,33	R\$ 18.866,67

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUA NT.	MARCA / MODELO	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
10	Poltrona com braços e estrutura em madeira maciça de eucalipto, tingida na cor pitanga, com assento e encosto em palhinha natural trançada. Estrutura com pés levemente inclinados e travessas de reforço, proporcionando estabilidade e conforto para uso em ambientes internos. Dimensões de 77,5 cm de largura, 70 cm de profundidade e 78 cm de altura, com assento e encosto fixos integrados à estrutura. (Defensoria)	2	Conforme Termo de Referência	R\$ 3.460,00	R\$ 6.920,00
11	estofada para 01 lugar. Estrutura em madeira reflorestada de alta resistência, garantindo estabilidade, durabilidade e uso contínuo. Assento e encosto com espuma de densidade adequada para conforto e resistência à deformação, revestidos em couro de fácil limpeza. Encosto e assento fixos. Base com pés em madeira maciça, com acabamento protetivo. Capacidade mínima de carga: 120 kg. Dimensões: 74 cm (L) x 84 cm (P) x 77 cm (A). Produto fornecido com ferragens e kit para montagem. (Defensoria)	1	Conforme Termo de Referência	R\$ 3.116,67	R\$ 3.116,67
12	Poltrona em tecido linho cru, com pés em aço carbono e detalhe em couro natural, encosto e assento fixo, espuma D33, com largura de 0,70 cm e 0,70cm de profundidade. (Especializada) Dimensões: 74 cm (L) x 84 cm (P) x 77 cm (A). Produto fornecido com ferragens e kit para montagem. (Defensoria)	1	Conforme Termo de Referência	R\$ 3.416,67	R\$ 3.416,67

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUA NT.	MARCA / MODELO	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
13	Poltronas giratórias estofadas com base em aço, estofada em tecido cor OFF WHITE. Estrutura reforçada que suporte entre 120kg e 150kg. Dimensões: 60x62x82cm (PxLxA). (Especializada)	2	Conforme Termo de Referência	R\$ 3.586,67	R\$ 7.173,33
14	Poltronas em linho com estrutura em madeira, assento e encosto produzido na espuma D26, revestido com tecido linho premium na cor AZUL MARINHO CLARO. Dimensões máximas: 0,70 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,78 m de altura. (Regional)	3	Conforme Termo de Referência	R\$ 4.000,00	R\$ 12.000,00
15	Sofá com design curvo, 2 lugares, revestido em linho verde musgo. Estrutura em madeira, garantindo resistência e estabilidade. Assento com espuma D-28 HR e encosto com espuma D-23, ambos sobre percintas elásticas, proporcionando conforto e durabilidade. Encosto e assento fixos. Pés fixos em aço com pintura epóxi na cor ouro fosco. Revestimento em tecido com tratamento easy & clean, resistente a manchas e com repelência à água. Dimensões aproximadas: 150 cm (L) x 100/78 cm (P) x 80 cm (A). Altura do assento: 40 cm. Capacidade de carga: até 100 kg por assento. Produto fornecido com kit para montagem da base. (Defensoria)	1	Conforme Termo de Referência	R\$ 4.533,33	R\$ 4.533,33
16	Sofá com 02 (dois) lugares de 1,70m, com almofadas soltas, assento e encosto fixo, pés em metal preto, assento com molas, Revestimento com espuma D-33, em tecido linho na cor OFF WHITE. (Especializada) Capacidade de carga: até 100 kg por assento. Produto fornecido com kit para montagem da base. (Defensoria)	1	Conforme Termo de Referência	R\$ 6.233,33	R\$ 6.233,33

LOTES PARA ENTREGA EM BRASÍLIA/DF					
LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUA NT.	MARCA /MODELO	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
17	Mesa lateral redonda tampo e base de madeira, cor MADEIRA. Dimensões: 40cm de diâmetro, 65cm de altura. (Brasília)	1	Conforme Termo de Referência	R\$ 5.266,67	R\$ 5.266,67
18	Mesa retangular para 6 lugares, modelo Cone. Base e tampo em madeira natural Freijó. Sistema de montagem com parafusos metálicos, buchas e cavilhas, garantindo firmeza estrutural. Acabamento uniforme em toda a peça. Capacidade mínima de carga distribuída no tampo: 50 kg sem deformação permanente. Estrutura deve suportar uso contínuo em ambiente corporativo. Dimensões: 1,60 m de comprimento, 0,90 m de largura, 0,75 m de altura. (Brasília)	1	Conforme Termo de Referência	R\$ 5.133,33	R\$ 5.133,33
19	Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor BEGE, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, Proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (minmax); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm. (brasília)	6	Conforme Termo de Referência	R\$ 5.050,00	R\$ 30.300,00
20	Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor VERDE FLORESTAL. Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura. (Defensoria x Subdefensoria) Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.	3	Conforme Termo de Referência	R\$ 3.366,67	R\$ 10.100,00
VALOR TOTAL					R\$ 202.693,33

**A DISPUTA E OS LANCES OCORRERÃO PELO
MENOR PREÇO ESTIMADO POR LOTE**

SEÇÃO III
MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

Modalidade de Licitação
PREGÃO ELETRÔNICO

Número
13/2026

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	IMAGEM ILUSTRATIVA	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
1	Mesa lateral com estrutura em metal com acabamento em pintura resistente e tampo em mármore natural polido, com bordas acabadas. Estrutura estável e adequada para uso em ambientes internos. Dimensões de 35 cm de diâmetro e 56 cm de altura, garantindo resistência e durabilidade para utilização como mesa de apoio. (Defensoria)	1			
2	Mesa lateral com estrutura em metal com acabamento em pintura resistente e tampo em mármore natural polido, com bordas acabadas. Estrutura estável e adequada para uso em ambientes internos. Dimensões de 40 cm de diâmetro e 45 cm de altura, garantindo resistência e durabilidade para utilização como mesa de apoio. (Defensoria)	1			
3	Mesa de apoio com estrutura em aço carbono e acabamento em pintura eletrostática na cor pérola ou champagne. Tampo e base em MDF revestidos em lâmina natural de freijó. Compartimento inferior para organização e discos laterais decorativos em madeira, fixos e sem rotação. Dimensões de 0,80 m (C) × 0,40 m (L) × 0,78 m (A), com capacidade mínima de carga de 50 kg. (Defensoria x Sbdefensoria)	2			

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA / MODELO	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
4	Mesa de centro com estrutura resistente em MDF e acabamento em laca premium cor PRETO FOSCO, base quadrada de 0,60 x 0,80 cm, e altura de 0,275 cm, com pés estilo flutuante. (imagem ilustrativa). (Subdefensoria)	1			
5	Mesa lateral redonda tampo e base de madeira, cor MADEIRA. Dimensões: 40cm de diâmetro, 65cm de altura. (Subdefensoria x Coord. Criminal x DG x Regional)	4			
6	Mesa de centro com pintura acetinada na cor CHAMPANHE E TAMPO EM ESPELHO BRONZE, dimensão: 0,70m de diâmetro. (Especializada)	1			
7	Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor BEGE, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm. (Subdefensoria X Especializada)	2			

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA / MODELO	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
8	Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor CARAMELO, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm. (Conselho Superior)	11			
9	Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor VERDE FLORESTAL. Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura. (Defensoria x Subdefensoria)	5			

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA / MODELO	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
10	Poltrona com braços e estrutura em madeira maciça de eucalipto, tingida na cor pitanga, com assento e encosto em palhinha natural trançada. Estrutura com pés levemente inclinados e travessas de reforço, proporcionando estabilidade e conforto para uso em ambientes internos. Dimensões de 77,5 cm de largura, 70 cm de profundidade e 78 cm de altura, com assento e encosto fixos integrados à estrutura. (Defensoria)	2			
11	estofada para 01 lugar. Estrutura em madeira reflorestada de alta resistência, garantindo estabilidade, durabilidade e uso contínuo. Assento e encosto com espuma de densidade adequada para conforto e resistência à deformação, revestidos em courino de fácil limpeza. Encosto e assento fixos. Base com pés em madeira maciça, com acabamento protetivo. Capacidade mínima de carga: 120 kg. Dimensões: 74 cm (L) x 84 cm (P) x 77 cm (A). Produto fornecido com ferragens e kit para montagem. (Defensoria)	1			
12	Poltrona em tecido linho cru, com pés em aço carbono e detalhe em couro natural, encosto e assento fixo, espuma D33, com largura de 0,70 cm e 0,70cm de profundidade. (Especializada) Dimensões: 74 cm (L) x 84 cm (P) x 77 cm (A). Produto fornecido com ferragens e kit para montagem. (Defensoria)	1			

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA / MODELO	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
13	Poltronas giratórias estofadas com base em aço, estofada em tecido cor OFF WHITE. Estrutura reforçada que suporte entre 120kg e 150kg. Dimensões: 60x62x82cm (PxLxA). (Especializada)	2			
14	Poltronas em linho com estrutura em madeira, assento e encosto produzido na espuma D26, revestido com tecido linho premium na cor AZUL MARINHO CLARO. Dimensões máximas: 0,70 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,78 m de altura. (Regional)	3			
15	Sofá com design curvo, 2 lugares, revestido em linho verde musgo. Estrutura em madeira, garantindo resistência e estabilidade. Assento com espuma D-28 HR e encosto com espuma D-23, ambos sobre percintas elásticas, proporcionando conforto e durabilidade. Encosto e assento fixos. Pés fixos em aço com pintura epóxi na cor ouro fosco. Revestimento em tecido com tratamento easy & clean, resistente a manchas e com repelência à água. Dimensões aproximadas: 150 cm (L) x 100/78 cm (P) x 80 cm (A). Altura do assento: 40 cm. Capacidade de carga: até 100 kg por assento. Produto fornecido com kit para montagem da base. (Defensoria)	1			
16	Sofá com 02 (dois) lugares de 1,70m, com almofadas soltas, assento e encosto fixo, pés em metal preto, assento com molas, Revestimento com espuma D-33, em tecido linho na cor OFF WHITE. (Especializada) Capacidade de carga: até 100 kg por assento. Produto fornecido com kit para montagem da base. (Defensoria)	1			

LOTES PARA ENTREGA EM BRASÍLIA/DF					
LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA / MODELO	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
17	Mesa lateral redonda tampo e base de madeira, cor MADEIRA. Dimensões: 40cm de diâmetro, 65cm de altura. (Brasília)	1			
18	Mesa retangular para 6 lugares, modelo Cone. Base e tampo em madeira natural Freijó. Sistema de montagem com parafusos metálicos, buchas e cavilhas, garantindo firmeza estrutural. Acabamento uniforme em toda a peça. Capacidade mínima de carga distribuída no tampo: 50 kg sem deformação permanente. Estrutura deve suportar uso contínuo em ambiente corporativo. Dimensões: 1,60 m de comprimento, 0,90 m de largura, 0,75 m de altura. (Brasília)	1			
19	Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor BEGE, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, Proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (minmax); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm. (brasília)	6			
20	Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor VERDE FLORESTAL. Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura. (Defensoria x Subdefensoria) Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.	3			

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias.

Salvador _____ de _____ de 2026.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

PARTE III – HABILITAÇÃO

SEÇÃO I DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

- a) empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis; b) microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- b) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c) sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir.
- e) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Habilitação fiscal, social e trabalhista mediante a apresentação de:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede da licitante.
 - c1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3. Habilitação Econômico-Financeira (Lei 14.133/21, Lei 14.634/23 e Item 5.1. da IN SAEB 10/2024):

I - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pela licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- a) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com resultado maior que 1 (um).

- b)** O cálculo dos índices será feito com base nos valores extraídos do balanço patrimonial ou, para as licitantes cadastradas, se disponível, através de consulta ao Cadastro Unificado de Fornecedores, utilizando as seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{Liquidez Geral (LG)} &= \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})} \\ \text{Solvência Geral (SG)} &= \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});} \\ \text{Liquidez Corrente (LC)} &= \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})} \end{aligned}$$

- II.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

c1) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º da Lei nº 14.133, de 2021).

c2) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

c3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor (art. 69, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

c4) A licitante apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro.

- III-** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade.

10.7 Habilitação Técnica

- a)** Atestado, visando Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- b)** O Licitante deverá apresentar declaração do fabricante, se o licitante for distribuidor ou representante, informando que está autorizado a fornecer, montar, instalar, prestar assistência técnica e manutenção para os produtos ofertados, bem como, que possui profissionais treinados e qualificados para os serviços.
- c)** Conforme Termo de Referência, o Licitante deverá apresentar Certificado de Marca de Conformidade, completo, capa e anexos, emitido por quaisquer Organismo de Certificação de Produto – OCP, acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia – INMETRO ou similar.

OBS.: A certificação do bem ou da família deverá corresponder ao modelo/código/referência indicado pelo licitante na proposta de preços e no catálogo, assim como similar, desde que previsto pela legislação correlata.

- d)** O Licitante deverá apresentar catálogo técnico detalhado, manual de usuário, ou folders, correspondente à marca e ao modelo do produto ofertado, em língua portuguesa, que possa comprovar as especificações técnicas do objeto ofertado.

PARTE IV – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

SEÇÃO I AMOSTRAS/DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE

(x) Sim

Apresentação das Amostras:

A) O Fornecedor considerado arrematante será convocado por meio do Sistema de Licitação para apresentação de amostra em endereço a ser definido na cidade de Salvador/Ba, com prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da referida convocação, podendo ser prorrogada em casos extremos, após análise do Setor de Patrimônio.

A1) A apresentação dos protótipos exigida pela Comissão Permanente de Licitação - COPEL do fornecedor arrematante, será encaminhada para o Setor de Patrimônio avaliar as especificações exigidas no Termo de Referência, sendo o relatório de aprovação de protótipo válido para fins de declaração de vencedor e dos fornecimentos subsequentes.

A2) Os protótipos serão avaliados pelo Setor de Patrimônio junto com um (uma) técnico (a) habilitado (a), a partir da entrega das amostras no prazo mencionado no subitem 6.1.1.9, cujo prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que o arrematante formalize dentro do prazo legal, sendo que, após análise da DPE/BA será emitida resposta via correspondência eletrônica conclusiva quanto à aprovação ou rejeição das amostras.

A3) Serão aceitos os protótipos que estejam em conformidade com as especificações dos bens constantes do edital de licitação e seus anexos, bem assim aqueles cujas variações representem melhorias decorrentes de avanços tecnológicos de fabricação.

A4) Para os itens cujas variações nas dimensões não estejam explicitamente descritas, serão aceitas variações das medidas, em relação àquelas estipuladas nas especificações do item, em até 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, para os lotes, item 3 do Termo de Referência.

A5) Havendo rejeição de algum protótipo, o Fornecedor terá igual prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de novo protótipo.

A6) Serão concedida até 1 (uma) tentativa para apresentação de protótipos corrigidos pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do e-mail ou correspondência eletrônica do Setor de Patrimônio. Não atendidas as exigências de características ou correção do bem para o fornecimento, a DPE adotará as providências cabíveis e necessárias para a desclassificação.

A7) Os protótipos estarão sujeitos a ensaios destrutivos, desmonte ou qualquer outro teste necessário, sem ônus a DPE.

A8) Os protótipos reprovados serão devolvidos ao Fornecedor que assim o requisitar, no estado em que se encontrarem, ao final da avaliação, não cabendo qualquer tipo de indenização. Caso não ocorra o pedido em até 30 (trinta) dias após a homologação do lote do certame, a Administração adotará os procedimentos cabíveis.

A9) Não serão aceitas solicitações para dispensa de apresentação de amostra.

A10) Em caso de não apresentação da amostra no prazos previsto acima, a empresa interessada será desclassificada.

A11) Em caso de não aceitação do item objeto do fornecimento, fica o FORNECEDOR obrigado a retirá-lo e a substituí-lo no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação a ser expedida pelo DPE, sob pena de incidência nas sanções capituladas no Edital de Licitação.

A12) O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR pela qualidade dos bens adquiridos, nos termos das prescrições legais, sem prejuízo das sanções previstas no Edital de Licitação.

SEÇÃO II
PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

(x) Não poderão participar desta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

Justificativa: A principal finalidade segundo a qual empresas se reúnem em consórcios é garantir que, juntas, consigam executar grandes projetos de alta complexidade e expressividade econômica, que não conseguiriam executar individualmente. O certame tem objeto de baixo vulto econômico e diminuta complexidade, caracterizado como bem/serviço comum, nos moldes do art. 6, XIII, 14.133/21 de modo que não se aventa a necessidade de mais de uma empresa para a adequada execução do objeto.

Em adição, vale lembrar que a inabilitação de empresa consorciada acarretaria a inabilitação do consórcio como um todo, ou seja, de todas as empresas consorciadas. Esse efeito “cascata” gerado pela reunião em consórcio, para o objeto pretendido, apenas traria exigência desproporcional à complexidade do objeto e desnecessária ao cumprimento da obrigação.

No ponto supracitado, vale lembrar o que diz o art. 37. XXI, da Constituição Federal de 1988:

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências** de qualificação técnica e econômica **indispensáveis** à garantia do cumprimento das obrigações.” (Grifo acrescido)

Sendo desnecessária a conjugação de empresas para o cumprimento do objeto de baixa complexidade, a reunião em consórcio apenas onera as empresas que, por qualquer razão, decidiram se unir – tudo na forma do quanto fundamentado e com base no que dispõe a CF/88 e o princípio da proporcionalidade, previsto na lei de processos administrativos art. 2º, caput, 9.784/99. Com isso, permitir a participação de empresas reunidas em consórcio elidiria, inclusive, a competitividade do certame, princípio que norteia o processo licitatório, presente no art. 5º, caput, da Lei Federal 14.133/21.

Por fim, é certo que o processo administrativo de licitação movimenta recursos públicos, sejam eles recursos humanos, tempo ou recursos materiais. Admitir a participação de empresas reunidas em consórcio, para o objeto supracitado, traria complexidade ao processo e consequente aumento do uso de recursos públicos, sem necessidade correspondente. Nessa linha, cumpre destacar o protagonismo do princípio constitucional extrínseco, art. 37. caput, CF/88, da eficiência que manda o administrador fazer mais, com menos recursos – por todas as razões expostas, não é de bom alvitre permitir a reunião em consórcio para a disputa pelo objeto que se pretende contratar neste processo.

SEÇÃO III
PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

(X) Não poderão participar cooperativas nesta licitação.

Não será admitida em razão do presente serviço possuir natureza técnica que exige subordinação direta, controle de jornada e pessoalidade, características que configuram o vínculo empregatício previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e são vedadas às cooperativas pelo art. 5º da Lei Federal nº 12.690/2012.

E o presente objeto, salvo melhor juízo, entendemos que a Administração Pública deve evitar o risco a responsabilidade subsidiária do órgão contratante, por esse motivo, a vedação à participação de cooperativas justifica-se pela natureza dos serviços de SST, que exigem pessoalidade e subordinação técnica aos protocolos de saúde e segurança da organização.

Esses elementos são incompatíveis com o regime jurídico cooperativista (Lei nº 12.690/2012), visando evitar o risco de reconhecimento de vínculo empregatício e garantir a segurança jurídica da Administração, conforme os limites do art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

SEÇÃO IV
AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

(X) Não se aplica.

SEÇÃO V
RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(X) Não se aplica.

1. Conforme disposto na Lei 14.133/21, as microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei Complementar nº 123/06, se aplica os benefícios para fins de enquadramento, devendo a mesma declarar em campo próprio no sistema e apresentar a declaração de enquadramento quando for convocada, e em razão de não ter sido identificados um número ou quantitativo de fornecedores para ampliar a disputa, por esse motivo, será observado o critério de desempate ou empate ficto, consoante legislação citada.

2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

SEÇÃO VI
OBSERVAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

1. Regras acerca da participação de matriz e filial

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- b) Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
- c) A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
- d) Se a licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

2. A licitante deverá incluir no envelope de habilitação os documentos acima relacionados, sob pena de inabilitação, sendo-lhe facultado apresentar, alternativamente, o Certificado de Registro Cadastral - CRC ou Certificado de Registro Simplificado - CRS, que possibilitará a substituição dos documentos de habilitação, na forma indicada neste Edital.

2.1 Caso conste do registro algum documento vencido, a licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação

2.2 No pregão eletrônico, os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme o disposto na Parte Fixa – Rito do procedimento licitatório e Contratação.

3. Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor

3.1. Conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante da SEÇÃO VI DA PARTE V deste instrumento.

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL CRC/CRS

1. Pressupostos para participação:

- (**x**) Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como *usuário* junto ao www.compras.gov.br, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

2. Documentos passíveis de substituição pelo extrato do Certificado de Registro:

2.1 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema de registro, **exceto os concernentes à Habilitação Técnica.**

2.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pelo órgão licitante.

SEÇÃO VII

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

I. DA CONFIDENCIALIDADE NA RELAÇÃO CONTRATUAL

A empresa ao se credenciar para participação da presente licitação reconhece que tomou conhecimento do disposto na Lei Geral de Proteção de Dados- LGPD, que assume o compromisso e que adota na execução das suas atividades as medidas previstas na legislação de proteção de dados pessoais e dos seguintes pontos:

Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018:

Inclui-se as seguintes obrigações da Contratada e da Contratante do Contrato:

- a) É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- b) As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- c) As partes responderão administrativa e judicialmente em caso de danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
- d) Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.
- e) A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
- f) A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 48 (quarenta e oito) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.
- g) "Leis Aplicáveis à Proteção de Dados" significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, em especial, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018, "LGPD"), além das normas e dos regulamentos adotados ou a serem adotados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, e determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.
- h) As expressões utilizadas no presente contrato, tais como, 'titular dos dados', 'dados pessoais', 'tratamento', 'violação de dados pessoais', etc., serão interpretadas com base no significado atribuído pela LGPD.
- i) A Defensoria Pública do Estado da Bahia/Contratante agirá como "controlador", nos termos do art.5º, VI da Lei nº13.709/2018, e a Contratada assume o papel como "operador", nos termos do art. 5º, VII, da mesma Lei 13.709/2018, no sentido estrito da LGPD, salvo nos casos em que o operador/Contratado(a), passe a atuar em desconformidade com as orientações do "controlador/Contratante", passando assim a se responsabilizar como controlador, perante os órgãos de controle/fiscalização.
- j) O Contratado(a) declara que conhece a Política de Governança de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais da Defensoria Pública do Estado da Bahia (Portaria nº 811, de 30.08.2021, publicada no DOE/DPE de 31/08/2021), e se compromete ao seu cumprimento e fiel observância, tudo de conformidade com o art. 39, da Lei nº 13.709/2018.

II - Inclui-se, ainda, as seguintes obrigações para o certame e para o futuro Contrato:

- a) O Contratado será expressamente responsabilizado quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de sanções legais, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Defensoria Pública do Estado da Bahia a tais documentos ou dados, mesmo após a conclusão do vínculo contratual.
- b) Será mantido em rigoroso sigilo e confidencialidade as informações, não podendo divulgar a terceiros, por quaisquer meios, qualquer informação, documento e material produzido a que tenha ou venha a ter acesso durante a vigência deste Contrato, e em razão do serviço objeto do presente Contrato, que não seja conhecida do público em geral.
- c) O Contratado não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto do contrato, sem autorização da Autoridade Competente da Defensoria Pública do Estado da Bahia, por escrito, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.



d) Toda a produção intelectual, inovações e de toda e qualquer documentação, dados, relatórios, além de materiais e outros gerados em razão da prestação de serviços é de propriedade da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

e) O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade sujeitará o Contratado ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos resultantes do descumprimento, bem como a sua responsabilização civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC (normativos competentes e aplicáveis) da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

III. A CONTRATADA declara ao participar da presente licitação que obedecerá rigorosamente o compromisso ético e sigilo de informações de dados pessoais e funcionais recebidos.

PARTE V – MODELOS DE DECLARAÇÕES PARA O CERTAME
SEÇÃO I
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E DE
INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 13/2026
--	---------------------------------

[Identificação completa do representante da licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa da licitante]**, doravante denominada LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Declaro, ainda, para os efeitos art. 299 do Código Penal Brasileiro, não estar sujeito às hipóteses de impedimento de participações elencadas nos arts. 14 e 9º da Lei Federal nº 14.133/21, assim como qualquer outra causa de impedimento legal, quais sejam:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

(...)
§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Salvador, _____ de _____ de 2026.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

SEÇÃO II
MODELO DE PROCURAÇÃO

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 13/2026
--	---------------------------------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a),
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela,
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à
rua, nº como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para
praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e
demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos
pertinentes ao certame etc).

Salvador _____ de _____ de 2026.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

SEÇÃO III
Subseção I
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)

[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 13/2026
--	---------------------------

Para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição
() **de microempresa** **[ou]** () **de empresa de pequeno porte**
e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Salvador, ____ de _____ de 2026.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

SEÇÃO III
Subseção II
MODELO DE DECLARAÇÃO POR ME E EPP DE LIMITAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

(ART. 4º, §2º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 13/2026
--	---------------------------------

[Identificação completa do representante do licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa do licitante]**, doravante denominado Licitante, para fins de participação na licitação/contratação direta acima identificada, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, não ter celebrado, no ano calendário da realização da licitação/contratação direta, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do §2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Salvador ____de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

SEÇÃO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO
E DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS

[EXCLUSIVA PARA O PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL]

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 13/2026
--	---------------------------------

Em cumprimento ao art. 63, I da Lei federal nº 14.133/21, e em face do quanto disposto no art. 155, inc. VIII da Lei federal nº 14.133/21, assim como da Lei Estadual 14.634/2023, declaro:

- () o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.
[ou]
[exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte
beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06]
- () o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, a existência de restrição fiscal e/ou trabalhista.

Declaro, ainda, a veracidade dos documentos por mim apresentados, sob as penas da lei.

Salvador ____ de _____ de 2026.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

SEÇÃO V
MODELOS DE PROVA DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

1. COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA O DESEMPENHO

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico
--

Número 13/2026

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório, que a empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, prestou serviço de xxxxxxxxxxxxxxxx, atendendo integralmente as especificações
contratadas, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

Especificação	Quantitativo	Prazo de execução

Salvador ____ de _____ de 2026.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

SEÇÃO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 13/2026
--	---------------------------------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

() nem menor de 16 anos.

ou

() nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Salvador ____ de ____ de 2026.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

SEÇÃO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
(LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)

**[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
QUE TENHA RESTRIÇÃO NA REGULARIDADE FISCAL E/OU TRABALHISTA]**

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 13/2026
--	---------------------------------

Em cumprimento ao disposto no instrumento convocatório acima identificado, **declaro**, para os efeitos da Lei Complementar nº 123/06

Haver restrição na comprovação da nossa regularidade () fiscal () trabalhista, a cuja regularização procederemos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data da declaração do vencedor.

Salvador _____ de _____ de 2026.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

SEÇÃO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE/INSTALAÇÕES

Modalidade de Licitação
Pregão Eletrônico

Número
13/2026

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE/INSTALAÇÕES

Declaro, em observância ao inciso VII do art. 67 da Lei Federal 14.133/21 e da Lei Estadual nº 14.634/2023, para fins de prova de habilitação técnica, que disponho das instalações, condições e do aparelhamento, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos do instrumento convocatório, estando ciente de que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 155, VIII, da Lei Federal 14.133/21.

Salvador ____ de ____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

SEÇÃO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM O EDITAL E ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 13/2026
---	----------------

Em atendimento ao disposto no art. 63, §1º, da Lei federal 14.133/21 e item 4.3, "a", da Parte Fixa do Edital, declaramos estar cientes e concordar com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, assim como qualquer custo ou despesa que seja direta ou indiretamente necessária para o cumprimento do objeto.

No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

A empresa envolvida no processo licitatório deverá apresentar documentação ou declaração que comprove o cumprimento das normas ambientais aplicáveis, em consonância com os critérios de sustentabilidade reconhecidas e relevantes que atestem seu compromisso com práticas ambientais responsáveis.

Quaisquer tributos, custos e despesas diretos e indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos ou pedido de revisões, em nenhuma hipótese.

Precedentemente à elaboração da proposta, a licitante deverá observar as cláusulas e disposições deste edital, de seus apensos e anexos, especialmente as constantes do instrumento de contrato e as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar desconhecimento supervenientemente.

Salvador _____ de _____ de 2026.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

PARTE VIII - PARTE FIXA

rito do procedimento licitatório e da contratação

PREGÃO ELETRÔNICO

1. DIRETRIZES

1.1 O rito procedimental da presente licitação seguirá o disposto nesta seção, relativamente à operacionalização das fases do procedimento da licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.

1.1.1 Para fins deste Edital, considera-se responsável pela licitação o agente de contratação ou comissão de contratação a quem compete a condução do procedimento licitatório.

1.1.2 No caso de pregão, o agente de contratação será designado pregoeiro.

1.2 Na presente licitação será observado o que se segue:

- a) os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- b) os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional; e
- c) o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
- d) será disponibilizado o acesso aos documentos que compõem a proposta e os documentos de habilitação apresentados no processo licitatório.

2. ORDEM DAS FASES DA LICITAÇÃO

2.1 A realização da licitação pelo critério do menor preço ou maior desconto observará as seguintes fases sucessivas: a) preparatória; b) divulgação do edital de licitação; c) apresentação de propostas e lances; d) julgamento; e) habilitação; f) recurso; e g) homologação.

2.2 Na hipótese de inversão de fases, desde que observados os requisitos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e que seja disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 O *site*, dia e hora para recebimento das propostas e início da sessão pública estão indicados no Preâmbulo deste Edital.

3.1.1 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

3.1.2 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.

3.2 O licitante deverá credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame.

3.2.1 O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

3.2.2 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o licitante responsável por todos os atos praticados.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.1 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5 O impedimento relativo a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "b" e "c" do subitem 3.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8 O disposto nas alíneas "b" e "c" do subitem 3.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.10 As vedações de que tratam a alínea "h" do subitem 3.4 e o subitem 3.4.1 se estendem a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme o §2º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Tratamento diferenciado e simplificado (Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021)

3.11 Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverão ser observadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Aquisição com reserva de cotas

3.12 No caso de aquisição com reserva de cotas, serão observadas as seguintes disposições:

3.12.1 O percentual da cota reservada do quantitativo licitado está definido no TR/HABILITAÇÃO, a qual será destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123/06.

3.12.2 A cota será disputada em lote apartado, do qual participarão apenas as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.12.3 A reserva da cota não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

3.12.4 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.12.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.12.6. Deverá ser priorizada a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública no Preâmbulo do Edital.

4.2 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão os documentos de habilitação simultaneamente com o cadastramento da proposta, na forma e no prazo estabelecidos no subitem 4.1.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico:

- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes deste Edital;
- c) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema eletrônico, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- d) o cumprimento do disposto no inc. VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital.

4.3.1 Ao cumprir o disposto nas alíneas "b" e "e" do subitem 4.3, o licitante automaticamente declara:

- a) a aceitação de todas as condições dos anexos deste Edital;
- b) que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inc. IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.2 Nos preços formulados deverão estar incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal licitante, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo licitante das obrigações, salvo disposição diversa constante do Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

4.3.3 A declaração em campo próprio do sistema eletrônico será suficiente para fazer prova da exigência nele contida, ressalvada a possibilidade de realização de diligência pelo responsável pela licitação para esclarecimentos adicionais, caso necessário.

4.3.3.1 O não atendimento, pelo licitante, de diligência a ele dirigida, será reputado desistência, implicando na sua exclusão do certame, sem prejuízo das consequências definidas na legislação.

4.4 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5 A falsidade de qualquer declaração de que trata o item 4 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e as referidas na Lei nº 14.634/2023.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e, quando for o caso, os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Na hipótese de inversão de fases, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante.

4.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá as seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea "a" deste subitem.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá elaborar a sua proposta em conformidade com o que dispõe o TR/Habilitação.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Com a apresentação da proposta, o proponente assume o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.5.1 Os licitantes devem respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes de tabela de preços referenciais.

5.5.2 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes da tabela de preços referenciais.

5.6 Somente será admitida a indicação da tributação relativa ao Simples Nacional pelos licitantes que explorem as atividades de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, de forma exclusiva ou em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação à inclusão no Simples, conforme previsto no art. 17, §1º, c/c art. 18, §5º-C, inc. VI, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo observar, ainda, no que respeita ao serviço de vigilância, o disposto na Lei Federal nº 14.967, de 9 de setembro de 2024.

5.7 Nas licitações destinadas à contratação de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva que não sejam de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, o licitante incluído no Simples Nacional deverá formular proposta considerando a tributação comum aplicável aos serviços, sob pena de desclassificação.

5.7.1 Na hipótese do subitem 5.7, o licitante que venha a ser contratado estará sujeito à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em face do disposto no art. 31, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.2 O pedido da exclusão do Simples Nacional deverá ser feito no prazo previsto no art. 30, §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo a contratada apresentar cópia do ofício encaminhado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de recebimento, como condição para recebimento da primeira fatura da prestação dos serviços.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DE LANCES

Sessão pública

6.1 A abertura da licitação se dará automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Preâmbulo deste Edital.

Lances

6.2 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

6.3 Ressalvada a hipótese de parametrização referida no subitem 4.9, é vedado ao licitante apresentar seus lances de forma sucessiva, padronizada, intermitente, simultânea ou em intervalos de poucos segundos entre eles, ou de outros mecanismos indicativos da utilização de software lançador "robô".

6.4 Se inobservada a vedação estabelecida no subitem 6.3, o responsável pela licitação desclassificará a proposta e determinará a consequente abertura de processo administrativo para apuração do ilícito.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 Será aplicado intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta (degrau).

6.7.1. O degrau deverá ser aquele indicado no Instrumento Convocatório.

6.8 Caso o sistema eletrônico disponibilize essa funcionalidade, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

6.9 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12 Caso, durante a desconexão do sistema eletrônico para o responsável pela licitação, ocorra o encerramento da disputa, o responsável pela licitação dará prosseguimento aos atos do certame somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação deste Edital.

6.13 Caso não sejam apresentados lances pelos licitantes, o julgamento será feito com a proposta inicial.

6.14 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

Modo de disputa "aberto"

6.15 No modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.2 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 6.15.1 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

6.15.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.5 Após o reinício previsto no subitem 6.15.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Modo de disputa "aberto e fechado"

6.16 No modo de disputa "aberto e fechado" os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.16.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.16.2 Encerrado o prazo previsto no subitem 6.16.1, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.16.3 No procedimento de que trata o subitem 6.16.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.16.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, o sistema possibilitará aos autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.16.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

Modo de disputa "fechado e aberto"

6.17 No modo de disputa "fechado e aberto" somente serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou de maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

6.17.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 6.17, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.17.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.17.3 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 6.17.2 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.17.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

6.17.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.17.6 Após o reinício previsto no subitem 6.17.5, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

Empate ficto

6.18 Em relação aos itens de ampla participação, será observado o que se segue:

6.18.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.18.2 Nas condições do subitem 6.18.1, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), tratando-se de pregão eletrônico, ou de até 10% (dez por cento), tratando-se de concorrência eletrônica, relativamente à proposta mais bem classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada (empate ficto).

6.18.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do subitem 6.18.2, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados da comunicação automática.

6.18.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais microempresas ou empresas de pequeno porte, em situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo.

6.18.5 No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.6 Se não ocorrer o desempate, prevalecerá a melhor oferta inicial.

Empate real

6.19 Ocorrendo empate real, será observado o procedimento a seguir definido.

6.19.1 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.2 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o art. 4º, §§1º a 3º, do Decreto nº 22.665/2024;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2.1 A comprovação do desenvolvimento de ações de equidade e de programa de integridade a que se referem as alíneas "c" e "d" deste subitem será feita por declaração do interessado, acompanhada da relação das ações desenvolvidas, mediante diligência do responsável pela licitação.

6.19.3 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.19.4 Se, após observados os subitens 6.19.2 e 6.19.3, não houver desempate, será realizado sorteio entre os licitantes, vedando-se qualquer outro critério.

Sorteio em ato público

6.20 A realização de sorteio, nas hipóteses previstas neste Edital, será realizada em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, e do qual será lavrada ata específica.

6.20.1 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a realização do sorteio por meio do sistema eletrônico, deverá ser designada a realização de ato público presencial, assegurado o acompanhamento e a manifestação por videoconferência ou outro meio idôneo.

6.20.1.1 Na hipótese do subitem 6.20.1, o responsável pela licitação deverá juntar aos autos do processo licitatório no Sistema Eletrônico de Informações – SEI a gravação da sessão pública em áudio e vídeo, nos termos dos §§2º e 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.20.1.2 O link da gravação, para fins de disponibilização aos interessados, constará de despacho do responsável pela licitação.

Chat para troca de mensagens

6.21 Ao final da disputa de lances, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o responsável pela licitação e os licitantes.

Verificação do atendimento às condições de participação

6.22 O responsável pela licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Rito Procedimental deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- c) Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia - CAF, mantido pelo Órgão Central do Sistema de Registro Cadastral do Poder Executivo do Estado da Bahia.

6.23 A consulta aos cadastros poderá ser estendida aos administradores e sócios com poderes de administração da licitante, na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica a que alude o art. 57 da Lei nº 14.634/2023.

6.24 Constatada a existência de sanção condenatória restritiva de direito transitada em julgado, nos termos dos arts. 43 e 44 do Decreto nº 23.113/2024, o licitante será excluído da licitação, hipótese em que o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, procedendo na forma do item 6 e seus subitens.

6.24.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia.

6.24.2 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

6.25 Se, em decorrência da verificação a que se refere este item 6, o licitante for excluído do certame, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, na forma deste edital, e assim, sucessivamente, até a identificação de licitante que atenda às condições de participação.

7. Readequação da proposta e providências antecedentes à fase de julgamento

7.1 Por meio do *chat*, o responsável pela licitação solicitará do licitante mais bem classificado, conforme o caso: o envio da proposta readequada ao último lance ofertado; a declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contratos, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006; os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta.

7.1.1 O responsável pela licitação concederá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para envio dos documentos referidos neste subitem.

7.1.2 O prazo definido no subitem 7.1.1 poderá ser prorrogado por solicitação fundamentada feita no “*chat*” pelo licitante, antes de sua conclusão.

7.1.3 Em casos justificados, constada a complexidade da proposta, o responsável pela licitação poderá fixar prazo diverso do definido no subitem 7.1.1, desde que não superior a 01 (um) dia útil.

7.1.4 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, sob pena de não aceitação da proposta.

7.1.5 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante mais bem classificado deverá apresentar, por meio eletrônico, conforme o critério de julgamento adotado, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo que integra o TR/Habilitação, bem como com o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores readequados ao valor final da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, na forma disciplinada no TR/Habilitação.

7.1.6 A declaração, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser firmada, preferencialmente, de acordo com o modelo do formulário integrante deste Edital.

7.1.7 Os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta listados no TR/Habilitação compreenderão, dentre outros, os catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da *internet*.

7.1.8 O não envio de qualquer dos documentos de que trata este subitem 7.1 no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1 O responsável pela licitação examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço ou do desconto e quanto ao atendimento das especificações do objeto.

Compatibilidade do preço

8.2 O responsável pela licitação aferirá a compatibilidade da proposta em relação ao máximo estipulado para contratação e quanto à sua exequibilidade.

8.2.1 Na hipótese de o preço do licitante mais bem classificado superar o limite máximo definido pela Administração, o responsável pela licitação poderá negociar a adequação da proposta, a fim de evitar a desclassificação.

8.2.1.1 Quando a proposta do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, deverá ser oportunizada aos demais licitantes a possibilidade de negociação, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

8.2.1.2 O procedimento de negociação observará o disposto no item 9.

8.2.2 No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, além das disposições eventualmente constantes do TR/Habilitação, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

a) para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global definidos no TR/Habilitação, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b) serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

c) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 59, §5º).

8.2.3 Se houver indício de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos, caberá a realização de diligência, a fim de oportunizar ao licitante a comprovação da exequibilidade da proposta.

8.2.3.1. Não poderá ser considerada exequível a proposta quando os custos do licitante ultrapassem o valor da proposta ou não forem demonstrados custos de oportunidade capazes de justificar a oferta.

Aferição do atendimento às especificações do objeto

8.3 O responsável pela licitação procederá à análise da proposta do licitante mais bem classificado quanto ao atendimento das especificações do objeto, sendo-lhe facultado colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada.

8.4 Caso previsto no TR/Habilitação, a análise a que se refere o subitem 8.3 será realizada em procedimento de exame de adequação do objeto, relativamente ao licitante mais bem classificado, compreendendo a apresentação de amostras, avaliação de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta, observado o que se segue:

8.4.1 Será divulgado o local e horário de realização do procedimento de exame de adequação do objeto.

8.4.2 A divulgação será feita por mensagem no sistema eletrônico, no sítio eletrônico oficial ou por outro meio idôneo, com a antecedência necessária para a sua realização.

8.4.3 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a permissão à participação presencial dos interessados na realização do exame de adequação do objeto, deverá ser assegurado o acompanhamento e a manifestação no ato, por videoconferência ou outro meio idôneo.

8.4.4 A recusa do licitante à realização do exame de adequação do objeto ou atraso, sem justificativa aceita pelo responsável pela licitação, de entrega da amostra, realização do exame de conformidade, de prova de conceito ou de outros testes exigidos será considerada desistência do certame, ensejando a aplicação das penalidades pertinentes.

8.4.5 O objeto será considerado inadequado, quando verificado o não atendimento das especificações previstas neste Edital.

8.4.6 Os resultados das avaliações serão divulgados pelos meios previstos no subitem 8.4.2.

8.4.7 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Documentos complementares à proposta

8.5 Caso seja necessário, o responsável pela licitação poderá, em sede de diligência, solicitar documentos complementares à proposta, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente (art. 36 do Decreto nº 22.888/2024).

8.5.1 Na realização de diligência, o responsável pela licitação deverá atentar para o caráter de complementaridade das informações e documentos a serem juntados (art. 36, parágrafo único, do Decreto nº 22.888/2024).

8.5.2 Não serão aceitos documentos ou informações que devessem constar originariamente da proposta.

8.5.3 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória da proposta

8.6 O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação (art. 37 do Decreto nº 22.888/2024).

Desclassificação da proposta

8.7 Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no TR/Habilitação;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou seus anexos, desde que insanável.

8.8 No caso de desclassificação, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, de acordo com a disciplina estabelecida nos itens 6 a 8, procedendo a nova verificação da ocorrência do empate ficto, se for o caso, de acordo com a disciplina estabelecida, e assim sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

Do Encerramento da Fase de Julgamento

8.9 Não sendo possível o julgamento da proposta na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, para a qual serão convocados os licitantes.

8.10 A fase de julgamento será encerrada com a identificação do licitante classificado detentor da melhor proposta.

9. NEGOCIAÇÃO

9.1. Definido o resultado do julgamento, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado detentor da melhor proposta.

9.1 A negociação será conduzida pelo responsável pela licitação por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2 O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.3 Concluída a negociação, o responsável pela licitação solicitará o envio da proposta readequada, observado o disposto no subitem 7.

10. FASE DE HABILITAÇÃO

Documentos de habilitação

10.1 Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme definido no TR/Habilitação, dividindo-se em: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral do Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia (CAF) quanto aos documentos por ele abrangidos, observado o disposto neste Edital.

10.1.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação observarão os termos da Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

10.1.3 Na forma do art. 63, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante responderá pela veracidade das declarações a que se refere o subitem 4.3.

10.1.4 Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

Microempresas e empresas de pequeno porte

10.2 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.1 O responsável pela licitação procederá à verificação se a microempresa ou empresa de pequeno porte faz jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, em conformidade com os termos definidos neste Edital.

Empresas estrangeiras

10.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, será observado o que segue:

10.3.1 As exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes inicialmente apresentados com tradução livre;

10.3.2 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os demais documentos de habilitação;

10.3.3 Para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata este artigo serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Consórcio de empresas

10.4 Salvo vedação devidamente justificada no TR/Habilitação, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observado o disposto no art. 15 e nos §§10 e 11 do art. 67, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.1 Quando houver a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, se exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Processamento da habilitação

10.5 Serão exigidos os documentos de habilitação apenas do licitante classificado detentor da melhor proposta, exceto na inversão de fases (art. 63, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.5.1 Quando houver inversão de fases, a exigência dos documentos de habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.5.2 Excetuam-se da previsão deste subitem os documentos relativos à regularidade fiscal, os quais serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e somente do licitante classificado detentor da melhor proposta (art. 63, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6 Os documentos de habilitação serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo **24 (vinte e quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação (art. 63, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6.1 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.6.2 Em caso de falhas técnicas ou operacionais que inviabilizem o envio de documentação de que trata este subitem 10.6, será admitido o envio correspondente para o correio eletrônico (e-mail) indicado no Preâmbulo deste Edital, devendo o responsável pela licitação informar no “chat” do sistema eletrônico a data e o horário do seu recebimento, disponibilizando o seu conteúdo, em seguida, para os demais licitantes.

10.7 A habilitação poderá ser verificada por meio do CAF, quanto aos documentos por ele abrangidos, exceto quanto aos documentos de qualificação técnica.

10.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CAF, ou que dele constem como vencidos, ou que não possam ser substituídos pelo certificado, deverão ser apresentados pelo licitante, na forma prevista neste Edital.

10.7.2 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.8 Nas licitações restritas a fornecedores cadastrados, a habilitação será verificada por meio do CAF, observado o disposto no subitem 10.6 (art. 87, §§3º e 4º da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo solicitar a modificação dos registros em caso de incorreção.

10.10 A verificação, pelo responsável pela licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10.1 Desde que solicitado de forma expressa pelo licitante interessado, e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, inclusive no que respeita à adequação da habilitação econômico-financeira e da qualificação técnica, a documentação de habilitação enviada para determinado lote poderá ser utilizada para fins de avaliação da habilitação em outro lote no qual o licitante tenha sido o melhor classificado.

Documentos complementares à habilitação

10.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.11.1 Os documentos serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo **24 (vinte e quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação, observado o disposto no subitem 10.5.

10.11.2 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado será considerada desistência, implicando na inabilitação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória

10.12 Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.12.1 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Comprovação dos requisitos de habilitação diferidos

10.13 O responsável pela licitação definirá o prazo para a apresentação dos requisitos de habilitação cuja exigência tenha sido diferida.

10.13.1 A não apresentação da documentação no prazo definido, implicará inabilitação do licitante e sujeição às sanções administrativas pertinentes.

10.14 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja participação tenha sido realizada com a ressalva de existência de restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa

10.14.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação e inabilitação do licitante, além da sujeição às sanções administrativas pertinentes, na forma do disposto no §2º do art. 53 da Lei Complementar nº 123/06.

Inabilitação

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o responsável pela licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos e especificações, procedendo, inclusive, a nova verificação da ocorrência do empate ficto, na forma prevista neste Edital.

Encerramento da fase de Habilitação

10.16 Não sendo possível o julgamento da habilitação na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, observado o prazo mínimo de 24h (vinte e quatro horas), para a declaração do licitante provisoriamente vencedor, para a qual ficarão convocados os licitantes.

10.17 Exceto na inversão de fases, encerrada a fase de habilitação, será declarado o licitante provisoriamente vencedor, ato do qual ficarão automaticamente intimados os licitantes.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.1.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados na forma eletrônica.

11.2 O responsável pela licitação responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos seus anexos.

11.2.1 O responsável pela licitação poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos do órgão ou entidade contratante, a fim de subsidiar as decisões de caráter técnico, conforme o §3º do art. 8º do Decreto nº 22.885/2024 e a oitiva, quando necessário, dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, nos termos do art. 32 do Decreto nº 22.885/2024.

11.3 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo responsável pela licitação nos autos do processo de licitação.

11.4 Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, devendo ser observado o disposto no subitem 17.12

11.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no endereço eletrônico www.compras.gov.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

12. FASE RECURSAL

12.1 A fase recursal obedecerá à disciplina estabelecida neste Edital, observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, cabem:

12.2.1 Recurso:

a) em fase única, em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação;

b) em face do ato de anulação ou revogação da licitação.

12.2.2 Pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.3 O recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação observará as seguintes disposições:

12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de **15 (quinze) minutos**, sob pena de preclusão, após a declaração do licitante provisoriamente vencedor pelo responsável pela licitação.

- 12.3.1.1 A manifestação da intenção de recorrer será única, abrangendo as matérias concernentes ao julgamento das propostas e ao ato de habilitação ou inhabilitação.
- 12.3.2 Manifestada a intenção de recorrer, as razões de recurso deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação da declaração do licitante provisoriamente vencedor.
- 12.3.3 O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso, a qual será feita por comunicação no chat.
- 12.3.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, para juízo de retratação.
- 12.3.4.1 Se a autoridade não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.
- 12.3.5 A autoridade superior deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.3.6 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 12.3.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.3.8 O resultado dos recursos será divulgado no endereço eletrônico www.compras.gov.br.
- 12.4 Aplica-se o disposto no subitem 12.3, no que couber, ao recurso em face do ato de anulação ou revogação da licitação.
- 12.5 O pedido de reconsideração será apresentado no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, observado o inc. II do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.6.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.
- 12.7 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 13.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 13.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 13.1.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
- 13.1.5 Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente do ato de anulação e revogação, poderá ser diferida a manifestação dos interessados, com fundamento no art. 183 da Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011, justificadamente.
- 13.2 A homologação da licitação não implicará direito à contratação.

14. CONTRATAÇÃO

Convocação para assinatura

- 14.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, o instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços - APS, conforme o caso, no prazo estabelecido no Instrumento Convocatório, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

14.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.1.2 A contratação obedecerá as estipulações constantes da minuta de contrato integrante do edital da licitação, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

14.1.3 Na hipótese de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, neste serão consideradas literalmente transcritas todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante deste Edital.

14.1.4 O termo de contrato, a AFM ou, a APS, conforme o caso, deve ser assinado pelo representante legal do licitante ou mandatário com poderes expressos.

14.1.5 A assinatura se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que o licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico www.defensoria.ba.def.br.

14.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.3 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.2 a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, mas não superior ao preço ofertado pelo próprio licitante remanescente;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5. A negociação a que se refere a alínea "a" do subitem 14.4 deste artigo deverá ser oportunizada aos licitantes remanescentes, assegurada a preferência, em caso de empate, ao licitante mais bem classificado.

Recusa

14.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo estabelecido pela Administração, dentro do prazo de validade da proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotor da licitação (art. 90, §5º, c/c art. 155, inc. VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)

14.7 Equipara-se à recusa prevista no subitem 14.6 a circunstância de o adjudicatário deixar de manter as condições de habilitação exigidas na licitação, ou, por qualquer meio, dar causa à impossibilidade de celebrar o contrato.

14.8 A multa compensatória para a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou praticar condutas a elas equiparadas, corresponderá, salvo previsão diversa, ao mesmo percentual definido para o descumprimento total da obrigação principal, e incidirá sobre o valor global do contrato (art. 8º, §§1º e 4º, do Decreto nº 23.113/2024).

14.8.1 Nas hipóteses em que não houver valor contratado, a sanção de multa terá como base o valor correspondente ao objeto adjudicado ou, quando for o caso, da estimativa da contratação (art. 7º, §1º, c/c art. 8º, §4º, do Decreto nº 23.113/2024).

14.9 A regra do subitem 14.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea "a" do subitem 14.4, **exceto** se estes passarem à condição de licitante adjudicatário (art. 48, §8º, do Decreto nº 22.888/2024).

15. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Edital as condutas constantes do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 47 da Lei nº 14.634/2023).

15.2 Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas referidas na Lei nº 14.634/2023, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

16. DISPOSIÇÕES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Tratando-se de licitação destinada ao Sistema de Registro de Preços, serão observados, ainda, os acréscimos da **Seção do Sistema do Registro de Preços – SRP**, os quais prevalecerão em caso de conflito.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

17.2 Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso da licitação e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e prática de atos processuais.

17.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, os princípios elencados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será responsável por quaisquer custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital observar-se-á o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.6 Os atos de comunicação processual da Administração com os licitantes serão realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209/2011 e no Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

17.6.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto nº 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

17.7 A autoridade competente poderá, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira para a execução do contrato, assegurada a manifestação do interessado (art. 66 da Lei nº 14.634/2023).

17.8 Eventuais modificações neste Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

17.9 Os casos omissos serão dirimidos pelo Órgão/Entidade indicados no Preâmbulo deste Edital, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 14.634/2023, e demais normas aplicáveis.

18. FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.

PARTE VII

TERMO DE REFERÊNCIA

PARTE VII – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I - Termo de Referência na Íntegra

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 OBJETO

- 1.1. Promover à aquisição/contratação de empresa especializada no fornecimento, montagem e instalação de mobiliário para o atendimento das necessidades da Defensoria Pública do Estado da Bahia - DPE, modalidade Pregão Eletrônico - Entrega imediata/única, conforme especificações, quantidade, condições e exigências na conformidade deste Termo de Referência.
- 1.2. É vedada a subcontratação do objeto, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.
- 1.3. A licitação será dividida em lotes, e o seu enquadramento é de uma aquisição para única entrega, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

2.0 JUSTIFICATIVA

2.1 Em razão da imprescindível necessidade de assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados nos diversos setores da Defensoria Pública do Estado da Bahia - DPE, é fundamental a aquisição de mobiliário adequado para a sala da Defensoria Pública Geral, Subdefensoria Pública Geral, Coordenação Executiva das Defensorias Públicas Especializadas, Coordenação Executiva das Defensorias Públicas Regionais, Conselho Superior, Coordenação Criminal, Diretoria Geral e a sala da DPE em Brasília.

2.2 A melhoria nos espaços de trabalho contribuirá para a promoção de um ambiente mais organizado, confortável e acolhedor, essencial para o bom desenvolvimento das atividades institucionais, estimulando um clima organizacional positivo e fortalecendo o compromisso da DPE com a qualidade no atendimento ao público.

2.3 A justificativa para a contratação repousa na imperiosa necessidade de garantir que as instalações físicas sob responsabilidade da DPE/BA permaneçam em plenas condições de uso, segurança e funcionalidade, conforme estabelecido no art. 6º da Lei 14.133/2021, que exige a garantia da continuidade dos serviços públicos.

2.4 A contratação visa proporcionar a adequação dos espaços, assegurando a implementação de um ambiente confortável, acessível e organizado, em consonância com a eficiência que a legislação exige para a execução das atividades administrativas e institucionais da Defensoria Pública.

2.5 A implantação do novo layout nos setores mencionados, é uma solução essencial para garantir a adequação funcional dos espaços.

2.6 A contratação de mobiliário adequado não apenas assegura a continuidade administrativa, mas também contribui significativamente para a melhoria do ambiente de trabalho, promovendo o conforto para os servidores (as) e defensores (as) públicos (as).

2.7 A modernização dos espaços impacta diretamente no desempenho das atividades diárias, tornando os ambientes mais eficientes e organizados, o que facilita a execução dos trabalhos administrativos e jurídicos.

2.8 Por meio dessa reestruturação, os setores afetados estarão mais bem equipados para tratar de questões relacionadas às melhorias e aos projetos necessários para o avanço do serviço público prestado pela DPE, garantindo que a instituição continue a cumprir sua missão de forma eficiente e em conformidade com as necessidades da sociedade.

2.9 O processo de aquisição de mobiliário e adequação do layout das salas da DPE está alinhado com os requisitos da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que diz respeito à qualidade, transparência e eficiência, na execução dos serviços públicos.

2.10 A modalidade do pregão eletrônico para a aquisição dos móveis descritos no Estudo Técnico Preliminar - ETP encontra amparo na necessidade de atender a uma demanda específica e urgente de entrega imediata, a qual não pode ser suprida pelas atas de registro de preços vigentes.


2.11 A natureza dos itens requeridos, que não se enquadram nas especificações padrão dos móveis já registrados nas atas de registro de preços da DPE em vigência, torna incompatível a aplicação da sistemática do registro de preços, uma vez que os móveis necessários apresentam características diferenciadas, imprescindíveis para a reestruturação dos novos layouts da DPE.


2.12 O pregão eletrônico se revela a modalidade mais adequada e vantajosa para atender a essa demanda, uma vez que proporciona celeridade na contratação, assegura o devido processo competitivo e garante a transparência necessária, sem as limitações de prazo e especificação impostas pelas atas de registro de preços. Tal procedimento possibilita a obtenção da melhor proposta, com preços mais competitivos e entrega imediata, atendendo com eficiência às urgentes necessidades de readequação do espaço.


2.13 Dessa forma, a escolha pelo pregão eletrônico encontra respaldo não apenas na especificidade dos bens a serem adquiridos, mas também na urgência da entrega e na impossibilidade de utilização das atas de registro de preços, as quais não abrangem os móveis com as características exigidas para a reestruturação no projeto das novas salas.


3.0 ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA


- LOTES PARA ENTREGA EM SALVADOR/BA -

ITEM	LOTE 01	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Mesa lateral com estrutura em metal com acabamento em pintura resistente e tampo em mármore natural polido, com bordas acabadas. Estrutura estável e adequada para uso em ambientes internos. Dimensões de 35 cm de diâmetro e 56 cm de altura, garantindo resistência e durabilidade para utilização como mesa de apoio. (Defensoria)</p> <p><u>Cronograma de entrega:</u> 30 (trinta) dias</p> <p><u>Local da entrega:</u> Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA</p>	01 (uma)	Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


ITEM	LOTE 02	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Mesa lateral com estrutura em metal com acabamento em pintura resistente e tampo em mármore natural polido, com bordas acabadas. Estrutura estável e adequada para uso em ambientes internos. Dimensões de 40 cm de diâmetro e 45 cm de altura, garantindo resistência e durabilidade para utilização como mesa de apoio. (Defensoria)</p> <p><u>Cronograma de entrega:</u> 30 (trinta) dias</p>	01 (uma)	Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


ITEM	LOTE 03	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Mesa de apoio com estrutura em aço carbono e acabamento em pintura eletrostática na cor pérola ou champagne. Tampo e base em MDF revestidos em lâmina natural de freijó. Compartimento inferior para organização e discos laterais decorativos em madeira, fixos e sem rotação. Dimensões de 0,80 m (C) x 0,40 m (L) x 0,78 m (A), com capacidade mínima de carga de 50 kg. (Defensoria x Sbddefensoria)</p> <p><u>Cronograma de entrega:</u> 30 (trinta) dias.</p>	02 (duas)	Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


ITEM	LOTE 04	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Mesa de centro com estrutura resistente em MDF e acabamento em laca premium cor PRETO FOSCO, base quadrada de 0,60 x 0,80 cm, e altura de 0,275 cm, com pés estilo flutuante. (imagem ilustrativa). (Subdefensoria)</p> <p><u>Cronograma de entrega:</u> 30 (trinta) dias.</p>	01 (uma)	Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	 COR PRETO FOSCO

ITEM	LOTE 05	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Mesa lateral redonda tampo e base de madeira, cor MADEIRA. Dimensões: 40cm de diâmetro, 65cm de altura. (Subdefensoria x Coord. Criminal x DG x Regional)</p> <p><u>Cronograma de entrega:</u> 30 (trinta) dias.</p>	04 (quatro)	Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


SETOR DE PATRIMÔNIO


ITEM	LOTE 06	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Mesa de centro com pintura acetinada na cor CHAMPANHE E TAMPO EM ESPELHO BRONZE, dimensão: 0,70m de diâmetro. <i>(Especializada)</i></p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	01 (uma)	Avenida Ulisses Guimaraes nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


ITEM	LOTE 07	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor BEGE, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura à gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm. <i>(Subdefensoria X Especializada)</i></p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	02 (duas)	Avenida Ulisses Guimaraes nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


ITEM	LOTE 08	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor CARAMELO, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura à gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm. <i>(Conselho Superior)</i></p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	11 (onze)	Avenida Ulisses Guimaraes nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	

SETOR DE PATRIMÔNIO


ITEM	LOTE 09	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor VERDE FLORESTAL. Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura. (Defensoria x Subdefensoria)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	05 (cinco)	Avenida Ulisses Guimaráes nº 3386, Edif. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


ITEM	LOTE 10	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Poltrona com braços e estrutura em madeira maciça de eucalipto, tingida na cor pitanga, com assento e encosto em palhinha natural trançada. Estrutura com pés levemente inclinados e travessas de reforço, proporcionando estabilidade e conforto para uso em ambientes internos. Dimensões de 77,5 cm de largura, 70 cm de profundidade e 78 cm de altura, com assento e encosto fixos integrados à estrutura. (Defensoria)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	02 (duas)	Avenida Ulisses Guimaráes nº 3386, Edif. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


ITEM	LOTE 11	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Poltrona estofada para 01 lugar. Estrutura em madeira reflorestada de alta resistência, garantindo estabilidade, durabilidade e uso contínuo. Assento e encosto com espuma de densidade adequada para conforto e resistência à deformação, revestidos em couro de fácil limpeza. Encosto e assento fixos. Base com pés em madeira maciça, com acabamento protetivo. Capacidade mínima de carga: 120 kg. Dimensões: 74 cm (L) x 84 cm (P) x 77 cm (A). Produto fornecido com ferragens e kit para montagem. (Defensoria)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	01 (uma)	Avenida Ulisses Guimaráes nº 3386, Edif. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


ITEM	LOTE 12	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Poltrona em tecido linho cru, com pés em aço carbono e detalhe em couro natural, encosto e assento fixo, espuma D33, com largura de 0,70 cm e 0,70cm de profundidade. (Especializada)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	01 (uma)	Avenida Ulisses Guimaráes nº 3386, Edif. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	

SETOR DE PATRIMÔNIO


ITEM	LOTE 13	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Poltronas giratórias estofadas com base em aço, estofada em tecido cor OFF WHITE. Estrutura reforçada que suporte entre 120kg e 150kg. Dimensões: 60x62x82cm (PxLxA). (Especializada)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	02 (dois)	Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	

ITEM	LOTE 14	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Poltronas em linho com estrutura em madeira, assento e encosto produzido na espuma D26, revestido com tecido linho premium na cor AZUL MARINHO CLARO. Dimensões máximas: 0,70 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,78 m de altura. (Regional)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	03 (três)	Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


ITEM	LOTE 15	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Sofá com design curvo, 2 lugares, revestido em linho verde musgo. Estrutura em madeira, garantindo resistência e estabilidade. Assento com espuma D-28 HR e encosto com espuma D-23, ambos sobre percintas elásticas, proporcionando conforto e durabilidade. Encosto e assento fixos. Pés fixos em aço com pintura epóxi na cor ouro fosco. Revestimento em tecido com tratamento easy & clean, resistente a manchas e com repelência à água. Dimensões aproximadas: 150 cm (L) x 100/78 cm (P) x 80 cm (A). Altura do assento: 40 cm. Capacidade de carga: até 100 kg por assento. Produto fornecido com kit para montagem da base. (Defensoria)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	01 (uma)	Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


ITEM	LOTE 16	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Sofá com 02 (dois) lugares de 1,70m, com almofadas soltas, assento e encosto fixo, pés em metal preto, assento com molas. Revestimento com espuma D-33, em tecido linho na cor OFF WHITE. (Especializada)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	01 (uma)	Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	


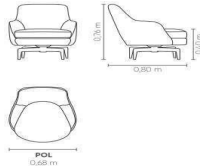
- LOTES PARA ENTREGA EM BRASÍLIA/DF -

ITEM	LOTE 17	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Mesa lateral redonda tampo e base de madeira, cor MADEIRA. Dimensões: 40cm de diâmetro, 65cm de altura. (Brasília)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p>	01 (uma)	Edifício Victória Office Tower, Setor de Autarquias, Asa Sul, 12º andar, Salas 1225 a 1228, Brasília/DF	

SETOR DE PATRIMÔNIO

ITEM	LOTE 18	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Mesa retangular para 6 lugares, modelo Cone. Base e tampo em madeira natural Freijó. Sistema de montagem com parafusos metálicos, buchas e cavilhas, garantindo firmeza estrutural. Acabamento uniforme em toda a peça. Capacidade mínima de carga distribuída no tampo: 50 kg sem deformação permanente. Estrutura deve suportar uso contínuo em ambiente corporativo. Dimensões: 1,60 m de comprimento, 0,90 m de largura, 0,75 m de altura. (Brasília)</p> <p><u>Cronograma de entrega:</u> 30 (trinta) dias.</p>	01 (uma)	Edifício Victória Office Tower, Setor de Autarquias, Asa Sul, 12º andar, Salas 1225 a 1228, Brasília/DF	

ITEM	LOTE 19	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor BEGE, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (útil); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura a gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm. (Brasília)</p> <p><u>Cronograma de entrega:</u> 30 (trinta) dias.</p>	06 (seis)	Edifício Victória Office Tower, Setor de Autarquias, Asa Sul, 12º andar, Salas 1225 a 1228, Brasília/DF .	

ITEM	LOTE 20	QUANT.	LOCAL DE ENTREGA	IMAGEM
1	<p>Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor VERDE FLORESTAL. Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura. (Defensoria x Subdefensoria)</p> <p><u>Cronograma de entrega:</u> 30 (trinta) dias.</p>	03 (três)	Edifício Victória Office Tower, Setor de Autarquias, Asa Sul, 12º andar, Salas 1225 a 1228, Brasília/DF .	 

4.0 GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.1 O prazo legal de garantia técnica será de 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de produtos não duráveis, e de 90 (noventa) dias, tratando-se de fornecimento de produtos duráveis (art. 26, inciso I e II do CDC), contado a partir da entrega efetiva do produto.

4.2 A garantia contratual técnica, quando exigida, abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.3 Uma vez intimada, a contratada realizará, conforme o tipo de garantia, a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir do termo final definido pela Administração para a retirada do bem das suas dependências.

4.4 Os prazos indicados poderão ser prorrogados numa única vez por igual período.

4.5 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes custeados pela contratada.

4.6 O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia legal ou contratual técnica será de responsabilidade da contratada.

SETOR DE PATRIMÔNIO

4.7 A garantia legal técnica tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência contratual, permitindo eventual aplicação de penalidades, mesmo depois de expirado este último prazo, em caso de descumprimento de alguma de suas condições.

4.8 Em decorrência de eventuais defeitos e vícios, é necessária a cobertura da assistência técnica em Salvador/BA e Brasília/DF.

4.9 A garantia de manutenção e produto será de 12 (doze) meses apenas para os **Lotes: 7, 8 e 19 - Poltronas presidente com rodinhas**, em virtude de apresentar com mais frequência a necessidade de conserto pela rotatividade de uso.

5.0 PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES

5.1 A EMPRESA LICITANTE deverá apresentar proposta de preços informando a marca e/ou modelo do produto ofertado, sob pena de desclassificação.

5.2 O Licitante deverá apresentar catálogo técnico, manual de usuário, ou folders, correspondente à marca e ao modelo do produto ofertado, em língua portuguesa, que possa comprovar as especificações técnicas do objeto ofertado.

5.3 A empresa envolvida no processo licitatório deverá apresentar documentação ou declaração que comprove o cumprimento das normas ambientais aplicáveis, em consonância com os critérios de sustentabilidade reconhecidas e relevantes que atestem seu compromisso com práticas ambientais responsáveis.

5.4 O Licitante deverá apresentar declaração do fabricante, se o licitante for distribuidor ou representante, informando que está autorizado a fornecer, montar, instalar, prestar assistência técnica e manutenção para os produtos ofertados, bem como, que possui profissionais treinados e qualificados para os serviços.

5.5 O Licitante deverá apresentar CERTIFICADO DE MARCA DE CONFORMIDADE, emitido por quaisquer Organismo de Certificação de Produto – OCP, acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia – INMETRO, atendendo a norma técnica ABNT NBR 13962: 2018 (cadeiras).

5.6 Para os lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 17, não será exigido a certificação.

5.7 Para os lotes 7, 8, 15, 16, 18 e 19, o produto deverá estar em conformidade com a ABNT.

6.0 CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

6.1 Do regime e da forma de execução/entrega:

6.1.0 O objeto deste termo compreende o fornecimento dos materiais, descritos no **item 3**, nas condições a seguir:

6.1.1.1 Os objetos constantes no presente processo licitatório, deverão ser iguais ou similares as imagens deste TR.

6.1.1.1.1 O licitante poderá agendar visita técnica à sede da Defensoria Pública do Estado da Bahia, situada na Avenida Ulisses Guimarães, 3386, Edf. MultiCab, Sussuarana, Centro Administrativo, Salvador-BA, até 2 (dois) dias antes da realização da sessão pública, cuja visita deverá ser requerida com o responsável do Setor de Patrimônio, através dos respectivos telefones (71) 3117-9120/9121 e e-mail: patrimonio.dpe@defensoria.ba.def.br, para conhecimento dos bens objetos desse processo e fiel cumprimento do descrito no subitem 6.1.1.1., não sendo marcadas visitas em dias e horários com outros licitantes.

6.1.1.1.2 Caso o licitante interessado não tenha disponibilidade na visita técnica, emitirá documento declarando o conhecimento pleno das condições, características e especificações do lote.

6.1.1.2 Para fins de Contratação, os interessados tem ciência que a aquisição visa única entrega, com prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da data do recebimento do empenho, Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Contrato, podendo ser prorrogado em casos excepcionais após análise do Setor de Patrimônio.

6.1.1.3 O fornecedor será convocado, preferencialmente por meio de correspondência eletrônica, para recebimento da nota de empenho ou documento equivalente.

6.1.1.3.1 A confirmação do recebimento da nota de empenho, ou instrumento equivalente, se dará por meio correio eletrônico.

SETOR DE PATRIMÔNIO

6.1.1.4 O fornecedor habilitado deverá agendar a entrega dos bens, junto ao Setor de Patrimônio, através dos telefones (71) 3117-9120/9121, e-mail institucional: patrimonio.dpe@defensoria.ba.def.br.

6.1.1.5 Locais de entrega:

- Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio - Sussuarana, Salvador/Ba.

- Edifício Victória Office Tower, Setor de Autarquias, Asa Sul, 12º andar, Salas 1225 a 1228, Brasília/DF.

6.1.1.6 O Horário para entrega do mobiliário:

- **Salvador:** 08:00hs às 12:00hs e das 13:30hs às 16:00hs (segunda-feira a quinta-feira), e na sexta-feira das 08:00hs às 11:00hs, ou em finais de semana e feriados, conforme acordado com o Setor de Patrimônio.

- **Brasília:** 19:00hs (segunda-feira a sexta-feira), sábado após as 13:00hs e domingo das 08:00hs às 18:00hs.

6.1.1.7 A montagem deverá ser de acordo com o subitem 6.1.1.7.

6.1.1.8 **Apresentação das Amostras:** O Fornecedor considerado arrematante será convocado por meio do Sistema de Licitação para apresentação de amostra no endereço Avenida Ulisses Guimarães, 3386, Edf. MultiCab, Sussuarana, Centro Administrativo, Salvador-BA, com prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da referida convocação, podendo ser prorrogada em casos extremos, após análise do Setor de Patrimônio

6.1.1.8.1 A apresentação dos protótipos exigida pela Comissão Permanente de Licitação - COPEL do fornecedor arrematante, será encaminhada para o Setor de Patrimônio avaliar as especificações exigidas no Termo de Referência, sendo o relatório de aprovação de protótipo válido para fins de declaração de vencedor e dos fornecimentos subsequentes.

6.1.1.8.2 Os protótipos serão avaliados pelo Setor de Patrimônio junto com um (uma) técnico (a) habilitado (a), a partir da entrega das amostras no prazo mencionado no subitem 6.1.1.9, cujo prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que o arrematante formalize dentro do prazo legal, sendo que, após análise da DPE/Ba será emitida resposta via correspondência eletrônica conclusiva quanto à aprovação ou rejeição das amostras.

6.1.1.8.3 Serão aceitos os protótipos que estejam em conformidade com as especificações dos bens constantes do edital de licitação e seus anexos, bem assim aqueles cujas variações representem melhorias decorrentes de avanços tecnológicos de fabricação.

6.1.1.8.4 Para os itens cujas variações nas dimensões não estejam explicitamente descritas, serão aceitas variações das medidas, em relação àquelas estipuladas nas especificações do item, em até 5% (cinco por cento), para mais ou para menos, para os lotes, item 3.

6.1.1.8.5 Havendo rejeição de algum protótipo, o Fornecedor terá igual prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de novo protótipo. Serão concedida até 1 (uma) tentativa para apresentação de protótipos corrigidos pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do e-mail ou correspondência eletrônica do Setor de Patrimônio. Não atendidas as exigências de características ou correção do bem para o fornecimento, a DPE adotará as providências cabíveis e necessárias para a desclassificação.

6.1.1.9.7 Os protótipos estarão sujeitos a ensaios destrutivos, desmonte ou qualquer outro teste necessário, sem ônus a DPE.

6.1.1.9.8 Os protótipos reprovados serão devolvidos ao Fornecedor que assim o requisitar, no estado em que se encontrarem, ao final da avaliação, não cabendo qualquer tipo de indenização. Caso não ocorra o pedido em até 30 (trinta) dias após a homologação do lote do certame, a Administração adotará os procedimentos cabíveis.

6.1.1.9.9 Não serão aceitas solicitações para dispensa de apresentação de amostra.

SETOR DE PATRIMÔNIO

6.1.1.9.10 Em caso de não apresentação da amostra no prazos previsto acima, a empresa interessada será desclassificada.

6.1.1.9.11 Em caso de não aceitação do item objeto do fornecimento, fica o FORNECEDOR obrigado a retirá-lo e a substituí-lo no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação a ser expedida pelo DPE, sob pena de incidência nas sanções capituladas no Edital de Licitação.

6.1.1.9.12 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR pela qualidade dos bens adquiridos, nos termos das prescrições legais, sem prejuízo das sanções previstas no Edital de Licitação.

6.2 Do pagamento:

6.2.1 O pagamento será efetuado em parcela única, processado mediante apresentação pelo fornecedor da Nota Fiscal/DANFE e ocorrerá em até 08 (oito) dias úteis, após entrega do(s) bem(s), desde que a empresa não possua pendências com a regularidade Fiscal.

6.2.2 Se for verificada alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual for realizada a respectiva regularização.

6.3 Das obrigações do Fornecedor contratado:

6.3.1 Fornecer os itens de acordo com as especificações contidas no Edital de Licitação.

6.3.2 Fornecer o material no prazo e local indicados pelo DPE, com as especificações estabelecidas na proposta vencedora, sendo que a não observância dessas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização.

6.3.3 Entregar os lotes desmontados se assim estiverem, iniciando a montagem no prazo de 24 horas em casos de urgência ou em data a definir com o Setor de Patrimônio, após finalização total da entrega.

6.3.3.1 Todos mobiliários, objeto deste pregão eletrônico, deverão ser entregues armazenados em embalagens individuais adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação. As embalagens deverão, ainda, conter informações sobre a identificação do produto e marca do fabricante.

6.3.3.2 Para cada fornecimento de lotes, o Fornecedor deverá, no ato da entrega ou em 24 horas, montar pelo menos um bem para fins de verificação do atendimento às especificações dos mesmos, caso seja entregue desmontado.

6.3.4 O bem entregue deverá ser de boa qualidade, sem folgas nos encaixes e parafusos, em perfeita condição de uso e satisfazer as especificações do edital.

6.3.5 Como requisito essencial, todos os bens deverão ser novos, estar em fase regular de produção, e ser entregues em suas embalagens originais, lacradas, vedando-se a aceitação de itens descontinuados ou fora de linha. Destaca-se, também como critério eliminatório, que os estofados deverão apresentar acabamento minucioso de costura em perfeito estado, executado de forma precisa e uniforme, conforme padrões técnicos atualizados e exigidos no Termo de Referência, a fim de assegurar durabilidade, estética e alta qualidade do produto final.

6.3.6 Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, acompanhados da documentação técnica completa e atualizada (manuais, guias de instalação, memorial descritivo, fichas técnicas etc.). Para bens que exijam logística de média ou alta complexidade, o custo da entrega, montagem e instalação deverá estar integralmente incluso no preço ofertado.

6.3.7 É condição indispensável que todo o mobiliário esteja plenamente igual ou similar as imagens e modelo do TR, em conformidade com as especificações, cujo escopo contemple especificamente ensaios mecânicos aplicáveis às normas exigidas no edital.

SETOR DE PATRIMÔNIO

6.3.8 O relatório deverá vir acompanhado de documentos gráficos (desenhos, fotos ou plantas) e memorial descritivo, contendo todas as informações necessárias para identificação inequívoca do modelo, linha e composição do produto ensaiado, incluindo materiais empregados e seu desempenho técnico.

6.3.9 Deverá constar no edital a obrigatoriedade de apresentação de Laudo Ergonomia, elaborado em conformidade com a NR-17 (MTE), emitido por engenheiro de segurança do trabalho ou por profissional habilitado com especialização em ergonomia para as poltronas modelo "presidente giratória cores bege e caramelo" e para "mesa de reunião".

6.3.10 Serão solicitadas as amostras dos produtos ofertados, para verificação de conformidade com as especificações técnicas e para fins de validação junto a equipe de arquitetura, estando em conformidade com as especificações detalhadas sendo igual ou similar ao modelo ilustrativo no TR.

6.3.11 Prestar assistência técnica e manutenção na cidade de Salvador/Ba e Brasília/DF, atendendo aos chamados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, providenciando os reparos, correções ou substituições necessárias em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da visita, sem ônus para a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

6.3.12 Para fins de recebimento e habilitação para pagamento, providenciar a troca do objeto, sem ônus para a Defensoria Pública do Estado da Bahia, no caso de produtos em desacordo com as especificações e exigências editalícias, com vícios ou defeitos de fabricação, com danos na embalagem de forma que comprometa a qualidade do conteúdo ou com lacres violados, no prazo máximo estipulado de até 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação a ser expedida pela DPE.

6.3.13 O mobiliário deverá observar rigorosamente os preceitos ergonômicos aplicáveis, especialmente:

- Poltronas devem permitir apoio adequado dos antebraços, evitando posturas estáticas e inadequadas, com ergonomia atendendo à NR-17 e à ABNT NBR 13.962, recomendando-se, sempre que possível, que disponham de trava de apoio lombar ajustável em altura e profundidade (tensão).

- Ajustes devem contemplar diferenças antropométricas dos usuários (altura, peso, comprimento de pernas, entre outros).

6.3.14 A contratação observará os critérios de sustentabilidade previstos na legislação, entre os quais:

- a) Utilização racional de materiais, com embalagens reduzidas, recicláveis e adequadas ao transporte e armazenamento;

- b) Conformidade com normas técnicas da ABNT, atestada por relatórios de ensaio acreditados pelo Inmetro;

- c) Apresentação de amostras e laudos que comprovem conformidade com as normas brasileiras pertinentes.

6.4 A contratada será responsável pela entrega, montagem e instalação completa do mobiliário nas unidades da DPE/BA. O layout de distribuição, quando existente, bem como os endereços exatos de entrega, será informado oficialmente por e-mail.

6.5 o fornecedor deverá observar integralmente as normas de saúde, higiene e segurança do trabalho, em consonância com as diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.6 Da fiscalização:

6.6.1 A fiscalização dos fornecimentos ficará sob a responsabilidade do coordenador responsável pelo Setor de Patrimônio.

7.0 MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL	
NOTA DE EMPENHO:	
EMITENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA	
ENDEREÇO: AV. ULISSES GUIMARÃES, 3386, EDF. MULTICAB, SUSSUARANA - CENTRO ADMINISTRATIVO	
CNPJ: 07.778.585/0001-14	

SETOR DE PATRIMÔNIO

FORNECEDOR:						
ENDEREÇO:						
CNPJ:						
Autorizamos a entrega do objeto licitado através do Pregão Eletrônico nº----- , O fornecedor deverá emitir nota fiscal em nome do emitente desta AFM, contendo código, descrição, quantidade e valor do item, banco/agência.						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO / MARCA / MODELO	UN	QUANTIDADE SOLICITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
TOTAL GERAL						0,0
Observação:						
Salvador, ____ de _____ de _____.						
Ricardo Silva Lins Setor de Patrimônio						

8.0 OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1 Os materiais a serem fornecidos deverão ser de qualidade atendendo as especificações, de acordo a cada lote.

8.2 O fornecedor deverá apresentar CATÁLOGOS DETALHADOS dos produtos ofertados.

8.3 A empresa deverá apresentar amostra dos produtos ofertados.

9.0 MODELO DE GESTÃO

9.1 O fiscal terá poderes para junto ao setor equivalente notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução do instrumento.

9.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do objeto, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

9.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais.

9.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso.

9.2.3 Promover a verificação dos produtos já entregues.

9.2.4 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.2.5 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.3 A fiscalização, não desobriga o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

9.3.1 A ausência de comunicação, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas no edital.

9.4 O gestor fiscal poderá recusar, sustar e/ou determinar a substituição de bens que não estejam sendo ou não tenham sido entregues de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

SETOR DE PATRIMÔNIO

9.4.1 Qualquer bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser substituído pelo fornecedor, às suas expensas.

9.4.2 A não aceitação de algum bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do gestor fiscal do objeto. **SETOR DE PATRIMÔNIO**

9.5 Caberá ao gestor deliberar sobre a execução da contratada, em especial:

9.5.1 Autorizar o início da execução do objeto contratual, deliberando sobre o momento do envio de documentos de formalização tais como documentos ou nota de empenho ordinária ao contratado.

9.5.2 Coordenar as atividades realizadas pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, elaborando, sempre que necessário, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento à finalidade da Administrativa.

9.5.3 Receber dúvidas ou questionamentos de matérias sob sua competência, feitos pela CONTRATADA e/ou pela fiscalização, manifestando-se e dando o devido encaminhamento.

9.5.4 Deliberar sobre prorrogações de prazos de entrega ou execução.

9.5.5 Deliberar sobre o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante emissão de termo detalhado, quando não for designada comissão específica para tal fim.

9.5.6 Adotar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.6 Para fins de fiscalização e gestão o fiscal poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução contrato.

10.0 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 202.693,33 (duzentos e dois mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).

11.0 RESPONSÁVEL

RICARDO LINS

Setor de Patrimônio

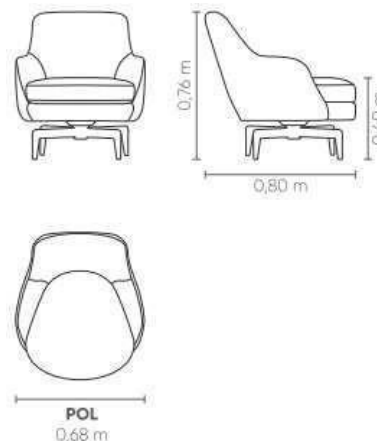
ANEXO - 1 - Salvador/BA

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

1.0 Mobiliário:

- ✓ 02 (duas) Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor verde floresta. Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura.



- ✓ 01 (um) sofá com design curvo, 2 lugares, revestido em linho verde musgo. Estrutura em madeira, garantindo resistência e estabilidade. Assento com espuma D-28 HR e encosto com espuma D-23, ambos sobre percintas elásticas, proporcionando conforto e durabilidade. Encosto e assento fixos. Pés fixos em aço com pintura epóxi na cor ouro fosco. Revestimento em tecido com tratamento easy & clean, resistente a manchas e com repelência à água. Dimensões aproximadas: 150 cm (L) x 100/78 cm (P) x 80 cm (A). Altura do assento: 40 cm. Capacidade de carga: até 100 kg por assento. Produto fornecido com kit para montagem da base.



- ✓ 02 (duas) mesas laterais com estrutura em metal com acabamento em pintura resistente e tampo em mármore natural polido, com bordas acabadas. Estrutura estável e adequada para uso em ambientes internos. Dimensões de 35 cm de diâmetro e 56 cm de altura, garantindo resistência e durabilidade para utilização como mesa de apoio.



- ✓ 01 (uma) mesa lateral com estrutura em metal com acabamento em pintura resistente e tampo em mármore natural polido, com bordas acabadas. Estrutura estável e adequada para uso em ambientes internos. Dimensões de 40 cm de diâmetro e 45 cm de altura, garantindo resistência e durabilidade para utilização como mesa de apoio.



- ✓ 02 (duas) poltronas com braços e estrutura em madeira maciça de eucalipto, tingida na cor pitanga, com assento e encosto em palhinha natural trançada. Estrutura com pés levemente inclinados e travessas de reforço, proporcionando estabilidade e conforto para uso em ambientes internos. Dimensões de 77,5 cm de largura, 70 cm de profundidade e 78 cm de altura, com assento e encosto fixos integrados à estrutura.



- ✓ 01 (uma) mesa de apoio com estrutura em aço carbono e acabamento em pintura eletrostática na cor pérola ou champagne. Tampo e base em MDF revestidos em lâmina natural de freijó. Compartimento inferior para organização e discos laterais decorativos em madeira, fixos e sem rotação. Dimensões de 0,80 m (C) x 0,40 m (L) x 0,78 m (A), com capacidade mínima de carga de 50 kg. (imagem ilustrativa)



- ✓ 01 (uma) poltrona estofada para 01 lugar. Estrutura em madeira reflorestada de alta resistência, garantindo estabilidade, durabilidade e uso contínuo. Assento e encosto com espuma de densidade adequada para conforto e resistência à deformação, revestidos em couro de fácil limpeza. Encosto e assento fixos. Base com pés em madeira maciça, com acabamento protetivo. Capacidade mínima de carga: 120 kg. Dimensões: 74 cm (L) x 84 cm (P) x 77 cm (A). Produto fornecido com ferragens e kit para montagem.

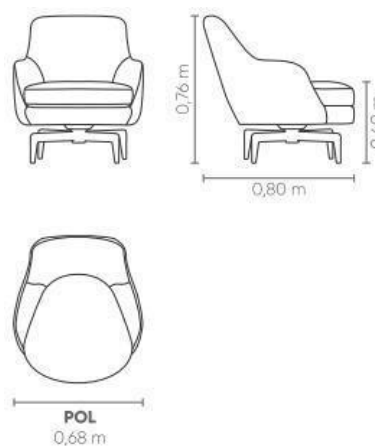


ANEXO - 2 - Salvador/BA

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SALA SUBDEFENSORIA.

1.0 Mobiliário:

- ✓ 03 (três) Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor verde floresta. Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura.



- ✓ 01 (uma) Mesa de centro com estrutura resistente em MDF e acabamento em laca premium fosca cor preto, base quadrada de 0,60 x 0,80 cm, e altura de 0,275 cm, com pés estilo flutuante. (imagem ilustrativa).



- ✓ 01 (uma) mesa de apoio com estrutura em aço carbono e acabamento em pintura eletrostática na cor pérola ou champagne. Tampo e base em MDF revestidos em lâmina natural de freijó. Compartimento inferior para organização e discos laterais decorativos em madeira, fixos e sem rotação. Dimensões de 0,80 m (C) x 0,40 m (L) x 0,78 m (A), com capacidade mínima de carga de 50 kg. (imagem ilustrativa)



- ✓ 01 (uma) mesa lateral redonda tampo e base de madeira. Dimensões: 40cm de diâmetro, 65cm de altura.



- ✓ 01 (uma) Cadeiras Presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na **cor bege**, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util)Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm.



ANEXO - 3 - Salvador/BA

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

COORDENAÇÃO CAPITAL

1.0 Mobiliário:

- ✓ 01 (uma) Poltrona em tecido linho cru, com pés em aço carbono e detalhe em couro natural, encosto e assento fixo, espuma D33, com largura de 0,70 cm e 0,70cm de profundidade.



- ✓ 01 (um) Sofá com 02 (dois) lugares de 1,70m, com almofadas soltas, assento e encosto fixo, pés em metal preto, assento com molas, Revestimento com espuma D-33, em tecido linho na cor claro.



- ✓ 01 (uma) mesa de centro com pintura acetinada na cor champanhe e tampo em espelho bronze, dimensão: 0,70m de diâmetro.



- ✓ 01 (uma) Cadeiras Presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na **cor bege**, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (útil) Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm.



- ✓ 02 (duas) poltronas giratórias estofadas com base em aço, estofada em tecido cor off white. Estrutura reforçada que suporte entre 120kg e 150kg. Dimensões: 60x62x82cm (PxLxA).



ANEXO - 4 - Salvador/BA

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

COORDENAÇÃO DAS REGIONAIS

1.0 Mobiliário:

- ✓ 03 (três) Poltronas em linho com estrutura em madeira, assento e encosto produzido na espuma D26, revestido com tecido linho premium na cor azul marinho. Dimensões máximas: 0,70 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,78 m de altura.



ANEXO - 5 - Salvador/BA

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POLTRONAS PRESIDENTE PARA O CONSELHO.

1.0 Mobiliário:

- ✓ 11 (onze) Cadeiras Presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na **cor caramelo**, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util) Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm.



ANEXO - 6 - Brasília/DF

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS UNIDADE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA/DF.

1.0 Mobiliário:

- ✓ 03 (três) Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor verde floresta. Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura.



- ✓ 01 (uma) mesa lateral redonda tampo e base de madeira. Dimensões: 40cm de diâmetro, 65cm de altura.



- ✓ 06 (seis) Cadeiras Presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na **cor bege**, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg, Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util)Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 x 70 x 120 cm.



SALA DE REUNIÃO - BRASÍLIA

Mobiliário:

- ✓ 01 (uma) mesa retangular para 6 lugares, modelo Cone. Base e tampo em madeira natural Freijó. Sistema de montagem com parafusos metálicos, buchas e cavilhas, garantindo firmeza estrutural. Acabamento uniforme em toda a peça. Capacidade mínima de carga distribuída no tampo: 50 kg sem deformação permanente. Estrutura deve suportar uso contínuo em ambiente corporativo. Dimensões: 1,60 m de comprimento, 0,90 m de largura, 0,75 m de altura.



PARTE VIII

MINUTA DO CONTRATO

PARTE VIII – MINUTA DO CONTRATO
Minuta do Contrato

MINUTA DO CONTRATO

(X) LICITAÇÃO

(X) PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026

CONTRATO Nº XX/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA E A [PESSOA JURÍDICA], PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.778.585/0001-14, situada no Edf. MultiCab Empresarial, Av. Ulysses Guimarães, 3386 - Sussuarana, Salvador - BA, 41213-000, neste ato representado pela Dra. Camila Angélica Canário de Sá Teixeira, titular da DPE/BA, autorizada pelo Decreto Simples publicado no D.O.E. em 11/02/2025, doravante denominado Contratante, e a _____ [pessoa jurídica], inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, doravante representada pelo Sr(a) _____, portador da cédula de identidade no _____, emitida por _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, Ata de Registro de Preço nº XX/2026, Lote XX, processo administrativo nº 01.0496.2026.000011923-3, que se regerá Lei Estadual nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento, montagem e instalação de mobiliário, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, nas unidades da Defensoria Pública do Estado da Bahia. (art. 92, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição (art. 92, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Termo de Referência;
- b) Proposta da Contratada;
- c) Edital da Licitação;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, EXECUÇÃO DO OBJETO E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura do presente, observado o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.1 O prazo de fornecimento dos bens é de 30 (trinta) dias, a partir da data do recebimento do empenho, Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Contrato, podendo ser prorrogado em casos excepcionais após análise do Setor de Patrimônio, em entrega única.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, sem prejuízo das providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.1 As Partes disciplinarão o novo cronograma de execução do Contrato por meio de termo aditivo, salvo nos casos de:

- a) impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, hipótese em que os registros do fato gerador e da prorrogação do cronograma pelo tempo correspondente serão realizados por simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) a não conclusão do escopo no prazo predefinido decorrer de culpa da Contratada e a Administração optar pela extinção do Contrato, observado o art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e da Lei estadual nº 14.634, de 2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.2.1 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.6. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

3.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

3.8 Sem prejuízo das obrigações de que tratam os demais subitens deste item 6, o fiscal do contrato deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que, nos termos dos §§4º e 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 48 da Lei nº 14.634, de 2023, impeça a contratada de licitar e contratar.

3.8.1 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.

3.8.2 O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por até 05 (cinco) dias úteis, a critério do Contratante.

3.8.3 Não havendo regularização ou não aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

3.9 Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor _____, matrícula: _____. **Nota: alternativamente, a nomeação do gestor do contrato pode ser feita por portaria.**

3.10 Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): _____ matrícula(s): _____. **Nota: alternativamente, a nomeação do fiscal e/ou comissão pode ser feita por portaria.**

3.11. Deverá observar as demais obrigações do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (art. 122, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), sendo vedada ainda a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

4.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- d) haja a anuência expressa da Contratante à continuidade do contrato;
- e) sejam observadas as restrições dispostas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. Estima-se para o Contrato o valor global de R\$ _____ (), conforme valores abaixo especificados:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Mesa lateral com estrutura em metal com acabamento em pintura resistente e tampo em mármore natural polido, com bordas acabadas. Estrutura estável e adequada para uso em ambientes internos. Dimensões de 35 cm de diâmetro e 56 cm de altura , garantindo resistência e durabilidade para utilização como mesa de apoio. <i>(Defensoria)</i> Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	UND	01		
VALOR TOTAL – LOTE 01					

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Mesa lateral com estrutura em metal com acabamento em pintura resistente e tampo em mármore natural polido, com bordas acabadas. Estrutura estável e adequada para uso em ambientes internos. Dimensões de 40 cm de diâmetro e 45 cm de altura , garantindo resistência e durabilidade para utilização como mesa de apoio. <i>(Defensoria)</i>	UND	01		

	Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA				
VALOR TOTAL – LOTE 02					

LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Mesa de apoio com estrutura em aço carbono e acabamento em pintura eletrostática na cor pérola ou champagne. Tampo e base em MDF revestidos em lâmina natural de freijó. Compartimento inferior para organização e discos laterais decorativos em madeira, fixos e sem rotação. Dimensões de 0,80 m (C) × 0,40 m (L) × 0,78 m (A), com capacidade mínima de carga de 50 kg. <i>(Defensoria x Subdefensoria)</i> Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias. Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	UND	02		
VALOR TOTAL – LOTE 03					

LOTE 04					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Mesa de centro com estrutura resistente em MDF e acabamento em laca premium cor PRETO FOSCO , base quadrada de 0,60 x 0,80 cm, e altura de 0,275 cm, com pés estilo flutuante. (imagem ilustrativa). <i>(Subdefensoria)</i> Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias. Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	UND	01		
VALOR TOTAL – LOTE 04					

LOTE 05					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Mesa lateral redonda tampo e base de madeira, cor MADEIRA . Dimensões: 40cm de diâmetro, 65cm de altura. <i>(Subdefensoria x Coord. Criminal x DG x Regional)</i> Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.	UND	04		

	Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA				
VALOR TOTAL – LOTE 05					

LOTE 06					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	<p>Mesa de centro com pintura acetinada na cor CHAMPANHE E TAMPO EM ESPELHO BRONZE, dimensão:0,70m de diâmetro. <i>(Especializada)</i></p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p> <p>Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA</p>	UND	01		
VALOR TOTAL – LOTE 06					

LOTE 07					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	<p>Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor BEGE, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto corvin/vinil, peso suportado 120 kg</p> <p>Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 × 70 × 120 cm. <i>(Subdefensoria X Especializada)</i></p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p> <p>Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA</p> <p>Garantia de manutenção e produto: de 12 (doze) meses.</p>	UND	02		
VALOR TOTAL – LOTE 07					

LOTE 08					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL

1	<p>Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor CARAMELO, espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas, proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg,</p> <p>Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 × 70 × 120 cm. (Conselho Superior)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p> <p>Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA</p> <p>Garantia de manutenção e produto: de 12 (doze) meses.</p>	UND	11		
VALOR TOTAL – LOTE 08					

LOTE 09					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	<p>Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor VERDE FLORESTAL. Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura. (Defensoria x Subdefensoria)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p> <p>Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA</p>	UND	05		
VALOR TOTAL – LOTE 09					

LOTE 10					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	<p>Poltrona com braços e estrutura em madeira maciça de eucalipto, tingida na cor pitanga, com assento e encosto em palhinha natural trançada. Estrutura com pés levemente inclinados e travessas de reforço, proporcionando estabilidade e conforto para uso em ambientes internos.</p> <p>Dimensões de 77,5 cm de largura, 70 cm de profundidade e 78 cm de altura, com assento</p>	UND	02		

	e encosto fixos integrados à estrutura. <i>(Defensoria)</i> Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias. Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA				
VALOR TOTAL – LOTE 10					

LOTE 11					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Poltrona estofada para 01 lugar. Estrutura em madeira reflorestada de alta resistência, garantindo estabilidade, durabilidade e uso contínuo. Assento e encosto com espuma de densidade adequada para conforto e resistência à deformação, revestidos em couro de fácil limpeza. Encosto e assento fixos. Base com pés em madeira maciça, com acabamento protetivo. Capacidade mínima de carga: 120 kg. Dimensões: 74 cm (L) x 84 cm (P) x 77 cm (A). Produto fornecido com ferragens e kit para montagem. <i>(Defensoria)</i> Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias. Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	UND	01		
VALOR TOTAL – LOTE 11					

LOTE 12					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Poltrona em tecido linho cru , com pés em aço carbono e detalhe em couro natural, encosto e assento fixo, espuma D33, com largura de 0,70 cm e 0,70cm de profundidade. <i>(Especializada)</i> Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias. Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	UND	01		
VALOR TOTAL – LOTE 12					

LOTE 13					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Poltronas giratórias estofadas com base em aço, estofada em tecido cor OFF WHITE . Estrutura reforçada que suporte entre 120kg e 150kg.Dimensões: 60x62x82cm (PxLxA). <i>(Especializada)</i>	UND	02		

	Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias. Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA				
VALOR TOTAL – LOTE 13					

LOTE 14					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Poltronas em linho com estrutura em madeira, assento e encosto produzido na espuma D26, revestido com tecido linho premium na cor AZUL MARINHO CLARO . Dimensões máximas: 0,70 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,78 m de altura. (Regional) Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias. Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	UND	03		
VALOR TOTAL – LOTE 14					

LOTE 15					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Sofá com design curvo, 2 lugares, revestido em linho verde musgo . Estrutura em madeira, garantindo resistência e estabilidade. Assento com espuma D-28 HR e encosto com espuma D-23, ambos sobre percintas elásticas, proporcionando conforto e durabilidade. Encosto e assento fixos. Pés fixos em aço com pintura epóxi na cor ouro fosco. Revestimento em tecido com tratamento easy & clean, resistente a manchas e com repelência à água. Dimensões aproximadas: 150 cm (L) x 100/78 cm (P) x 80 cm (A). Altura do assento: 40 cm. Capacidade de carga: até 100 kg por assento. Produto fornecido com kit para montagem da base. (Defensoria) Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias. Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA	UND	01		
VALOR TOTAL – LOTE 15					

LOTE 16					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Sofá com 02 (dois) lugares de 1,70m, com almofadas soltas, assento e encosto fixo, pés	UND	01		

	em metal preto, assento com molas, Revestimento com espuma D-33, em tecido linho na cor OFF WHITE . (Especializada)				
	Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.				
	Local da entrega: Avenida Ulisses Guimarães nº 3386, Edf. MultiCab, Setor de Patrimônio, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador/BA				
VALOR TOTAL – LOTE 16					

LOTE 17					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Mesa lateral redonda tampo e base de madeira, cor MADEIRA . Dimensões: 40cm de diâmetro, 65cm de altura. (Brasília) Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias. Local da entrega: Edifício Victória Office Tower, Setor de Autarquias, Asa Sul, 12º andar, Salas 1225 a 1228, Brasília/DF	UND	01		
VALORTOTAL – LOTE 17					

LOTE 18					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Mesa retangular para 6 lugares, modelo Cone. Base e tampo em madeira natural Freijó. Sistema de montagem com parafusos metálicos, buchas e cavilhas, garantindo firmeza estrutural. Acabamento uniforme em toda a peça. Capacidade mínima de carga distribuída no tampo: 50 kg sem deformação permanente. Estrutura deve suportar uso contínuo em ambiente corporativo. Dimensões: 1,60 m de comprimento, 0,90 m de largura, 0,75 m de altura. (Brasília) Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias Local da entrega: Edifício Victória Office Tower, Setor de Autarquias, Asa Sul, 12º andar, Salas 1225 a 1228, Brasília/DF	UND	01		
VALOR TOTAL – LOTE 18					

LOTE 19					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Poltrona presidente com rodinhas e base giratória cromadas e anti risco, linha capa em madeira, na cor BEGE , espuma anatômica injetada com espessura de 60 mm no assento e 60 mm no encosto, modelo de espuma personalizado no assento e encosto que ocupa toda a região lombar e das costas,	UND	06		

	<p>proporcionando mais conforto e ergonomia, revestimentos do assento e encosto em corvin/vinil, peso suportado 120 kg</p> <p>Encosto: L49 x A66 cm (útil); Apoio: L49 x A24 cm; Assento: L49 x P46,5 cm (util); Largura total de braço a braço: 62cm; Profundidade: 76 cm; Altura total: 1,09-1,19 cm (min-max); Altura do assento: 47-57 cm (min-max); Braços fixos, Base giratória, Rodízios de PU; Regulagem de altura á gás, dimensões da cadeira: 65 × 70 × 120 cm. (brasília))</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p> <p>Local da entrega: Edifício Victória Office Tower, Setor de Autarquias, Asa Sul, 12º andar, Salas 1225 a 1228, Brasília/DF</p> <p>Garantia de manutenção e produto: de 12 (doze) meses.</p>				
VALOR TOTAL – LOTE 19					

LOTE 20					
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	<p>Poltronas Ághata giratória com assento, encosto e braços fixos com costura em pesponto simples, base giratória em aço carbono, pés em alumínio injetado na cor preto, assento, braços e encosto produzido na espuma D26 ou superior, tecido em linho cor VERDE FLORESTAL.</p> <p>Dimensões: 0,68 m de comprimento, 0,80 m de profundidade, 0,76 m de altura. (Defensoria x Subdefensoria)</p> <p>Cronograma de entrega: 30 (trinta) dias.</p> <p>Local da entrega: Edifício Victória Office Tower, Setor de Autarquias, Asa Sul, 12º andar, Salas 1225 a 1228, Brasília/DF</p>	UND	03		
VALOR TOTAL – LOTE 20					

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes, bem como os critérios de recebimento do objeto, encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incisos V e VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

- a) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pela Defensoria Pública do Estado da Bahia.
- b) Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.
- c) A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, inclusive os destaques necessários às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.
- d) Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver incidência tributária.
- e) A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.1 LIQUIDAÇÃO

a) Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por até igual período, adotará, na forma deste subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

b) Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada possui(em) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do Contrato e do contratante;
- IV) o período respectivo de execução do Contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.1.1 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o contratante.

6.1.2 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste TR/Habilitação.

6.2 PAGAMENTO

6.2.1 O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Reajustamento em sentido estrito

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado de data do orçamento estimado (art. 92, inciso V e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços (INPC).

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro

7.8 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, inciso II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 7.8.1.

7.9. O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- c) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- d) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído.
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

8.1.1 O Contratante, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado à execução do presente Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

- a) atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) (art. 137, inc. II, da Lei [Federal](#) nº 14.133/2021);
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos das normas de regência, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos, de acordo com a Lei nº 14.133/21;
- e) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) Manter todas as condições de regularidade fiscal exigidas para a contratação;
- i) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- j) Comunicar, imediatamente, aos gestores do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos fornecimentos contratados;
- k) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, inc. II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- m) Substituir os materiais eventualmente recusados por desacordo com as especificações solicitadas, sendo tal prazo contado da notificação formal pela Defensoria Pública do Estado da Bahia;

n) Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

o) Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias, contado da notificação.

Da garantia técnica e da manutenção

9.2 O prazo legal de garantia técnica será de 30 (trinta) dias, tratando-se de fornecimento de produtos não duráveis, e de 90 (noventa) dias, tratando-se de fornecimento de produtos duráveis (art. 26, inciso I e II do CDC), contado a partir da entrega efetiva do produto.

9.2.1 A garantia contratual técnica, quando exigida, abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo própria contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

9.2.2 Uma vez intimada, a contratada realizará, conforme o tipo de garantia, a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir do termo final definido pela Administração para a retirada do bem das suas dependências.

9.2.3 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da contratada o reembolso dos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

9.2.4 A garantia legal ou contratual técnica tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência contratual, permitindo eventual aplicação de penalidades pela DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA, mesmo depois de expirado este último prazo, em caso de descumprimento de alguma de suas condições.

9.2.5 O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia legal ou contratual técnica será de responsabilidade da contratada.

9.2.6 Prestar assistência técnica e manutenção na cidade de Salvador/Ba e Brasília/DF, atendendo aos chamados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, providenciando os reparos, correções ou substituições necessárias em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da visita, sem ônus para a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

9.3 Fornecer os itens de acordo com as especificações contidas no Edital de Licitação;

9.3.1 Fornecer o material no prazo e local indicados pelo DPE, com as especificações estabelecidas na proposta vencedora, sendo que a não observância dessas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização.

9.3.2 Entregar os lotes desmontados se assim estiverem, iniciando a montagem no prazo de 24 horas em casos de urgência ou em data a definir com o Setor de Patrimônio, após finalização total da entrega.

9.3.3 Todos mobiliários, objeto deste pregão eletrônico, deverão ser entregues armazenados em embalagens individuais adequadas às características dos produtos, de modo a garantir o seu recebimento em perfeito estado de conservação. As embalagens deverão, ainda, conter informações sobre a identificação do produto e marca do fabricante.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1 Não haverá exigência da garantia na contratação, pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar (art. 96, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas constantes do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a serem apuradas na forma da Portaria nº 1202/2025 de 05 de setembro de 2025.

11.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações constantes do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observado os arts. 48 e 49 da Lei nº 14.634, de 2023 e a disciplina constante da Portaria nº 1202/2025 de 05 de setembro de 2025.

11.3 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Das multas

11.4 A pena de multa será aplicada em função de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato e deve ser calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e será observado o que se segue:

11.4.1. Multa compensatória:

- a) No caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa compensatória no percentual de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
- b) Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual 30% (trinta por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado, sem prejuízos das multas moratórias incidentes pelo descumprimento parcial da obrigação, caso ocorra.
- c) Em caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, será aplicada multa no percentual 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
- d) As condutas ilícitas praticadas pelos contratados que acarretarem a aplicação de sanção de declaração de inidoneidade, incorrerão na aplicação da penalidade de multa em 30% do valor do total do contrato.

11.4.2 Multa moratória:

- a) Em caso de atraso no cumprimento da obrigação principal, será aplicado o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora, limitados a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
 - a.1) A multa por inexecução parcial a que se refere o inciso anterior que ocasionar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, deverá ser majorada em 10% (dez por cento).
- b) O atraso no cumprimento da obrigação acessória ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor ou custo da parcela da obrigação descumprida.
- c) Ao contratado que deixar de manter durante todo o período de vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, será aplicada multa de 5% (cinco por cento), por mês de descumprimento nos casos.

11.5 O inadimplemento de obrigação acessória que retarde, comprometa ou impeça a execução da obrigação principal será considerado descumprimento da obrigação principal, sujeitando-se às cominações legais respectivas.

11.6 Quando impossível mensurar o valor da obrigação descumprida, aplicar-se-á o percentual de 2% (dois por cento) correspondente ao valor mensal do contrato, por mês de descumprimento.

11.7 Na hipótese de descumprimento da obrigação de prestar a garantia contratual, sujeitará o contratado a:

- a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, limitado a 5% (cinco por cento) sobre o valor da garantia, quando houver atraso na apresentação da garantia;
 - a.1) A multa moratória por atraso na apresentação da garantia será contabilizada até o 30º (trigésimo) dia de atraso.
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato quando deixar de apresentar a garantia.
 - b.1) A multa compensatória por atraso na apresentação do seguro garantia será aplicada após o 30º (trigésimo) dia de atraso.
- c) Nesta hipótese, a multa moratória ou compensatória não poderá superar o valor da própria garantia contratual.

Da aplicação das sanções

11.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

11.10 O atraso, para efeito de cálculo de multa por atraso na entrega do objeto ou serviço, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

Do processamento das sanções

11.11 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.12 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.

11.13 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa.

11.13.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei Estadual nº 12.209, de 2011 (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei. (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021 e §3º, do art. 47 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021 (art. 60 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.17. A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, processada pela Comissão Processante Permanente da Defensoria Pública do Estado da Bahia, na forma da Portaria nº 1202/2025 de 05 de setembro de 2025.

11.17.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Lei Estadual nº 14.634/2023, podendo haver a cumulação das multas moratórias e compensatórias.

11.17.1.1 Na hipótese do subitem anterior, se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024).

11.18 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de apuração de responsabilização a ser conduzido por comissão, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.19 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.20 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.21 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.22 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021 e §1º do art. 55 da Lei nº 14.634, de 2023).

Desconsideração da personalidade jurídica

11.23. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial.

11.23.1. Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

11.23.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência do Contrato ficará prorrogada até a conclusão do objeto, devendo a Administração promover a readequação do cronograma de execução.

12.1.1.1 Na hipótese da subcláusula 11.1.1, havendo culpa da Contratada, ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas (art. 111, parágrafo único, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.1.1.2 Caso a Administração opte pela extinção do Contrato, deverá adotar as medidas necessárias para a continuidade da execução contratual (art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.2. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem (art. 106, inciso III da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.1.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a intimação à Contratada pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia (art. 106, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.1.3. Caso a intimação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts 138, inciso I, e 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.3.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato (art. 137, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.3.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 12.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 131 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observada a Cláusula Sétima deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação recurso	do Tipo de orçamentário	recurso

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

16.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209, de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

16.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto estadual nº 17.983, de 24 de outubro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

17.1. Inclui-se as seguintes obrigações da Contratada e da Contratante do Contrato:

a) É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

b) As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

c) As partes responderão administrativa e judicialmente em caso de danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

d) Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

e) A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

f) A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 48 (quarenta e oito) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

g) “Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” significa todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, em especial, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018, “LGPD”), além das normas e dos regulamentos adotados ou a serem adotados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, e determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

h) As expressões utilizadas no presente contrato, tais como, ‘titular dos dados’, ‘dados pessoais’, ‘tratamento’, ‘violação de dados pessoais’, etc., serão interpretadas com base no significado atribuído pela LGPD.

i) A Defensoria Pública do Estado da Bahia/Contratante agirá como “controlador”, nos termos do art.5º, VI da Lei nº13.709/2018, e a Contratada assume o papel como “operador”, nos termos do art. 5º, VII, da mesma Lei 13.709/2018, no sentido estrito da LGPD, salvo nos casos em que o operador/Contratado(a), passe a atuar em desconformidade com as orientações do

“controlador/Contratante”, passando assim a se responsabilizar como controlador, perante os órgãos de controle/fiscalização.

j) O Contratado(a) declara que conhece a Política de Governança de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais da Defensoria Pública do Estado da Bahia (Portaria nº 811, de 30.08.2021, publicada no DOE/DPE de 31/08/2021), e se compromete ao seu cumprimento e fiel observância, tudo de conformidade com o art. 39, da Lei nº 13.709/2018.

DA CONFIDENCIALIDADE NA RELAÇÃO CONTRATUAL

17.2. Inclui-se, ainda, os seguintes itens às obrigações da contratada do presente Contrato:

a) O Contratado será expressamente responsabilizado quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de sanções legais, independentemente da classificação de sigilo conferida pela Defensoria Pública do Estado da Bahia a tais documentos ou dados, mesmo após a conclusão do vínculo contratual.

b) Será mantido em rigoroso sigilo e confidencialidade as informações, não podendo divulgar a terceiros, por quaisquer meios, qualquer informação, documento e material produzido a que tenha ou venha a ter acesso durante a vigência deste Contrato, e em razão do serviço objeto do presente Contrato, que não seja conhecida do público em geral.

c) O Contratado não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto do contrato, sem autorização da Autoridade Competente da Defensoria Pública do Estado da Bahia, por escrito, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

d) Toda a produção intelectual, inovações e de toda e qualquer documentação, dados, relatórios, além de materiais e outros gerados em razão da prestação de serviços é de propriedade da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

e) O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade sujeitará o Contratado ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos resultantes do descumprimento, bem como a sua responsabilização civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC (normativos competentes e aplicáveis) da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.2. Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei nº 14.634, de 2023, e demais normas aplicáveis. 18.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato observará o art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o art. 67 da Lei nº 14.634, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Salvador/BA, 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA